

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	14
Demonstração do Valor Adicionado	15

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	80
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	81
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2010	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2010	Ordinária		0,63919
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2010	Juros sobre Capital Próprio	23/08/2010	Preferencial		0,70311
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	29/12/2010	Ordinária		0,55039
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	29/12/2010	Preferencial		0,60543
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11887
Proposta		Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,13076
Proposta		Dividendo		Ordinária		0,94130
Proposta		Dividendo		Preferencial		1,03543
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2010	Dividendo	14/04/2010	Ordinária		1,43594
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2010	Dividendo	14/04/2010	Preferencial		1,57953
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2010	Juros sobre Capital Próprio	14/04/2010	Ordinária		0,82127
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2010	Juros sobre Capital Próprio	14/04/2010	Preferencial		0,90340

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	23.783.716	19.154.466	16.177.235
1.01	Ativo Circulante	10.838.392	11.095.395	10.225.718
1.01.01	Disponibilidades	82.391	72.983	73.148
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.872.110	3.248.634	2.750.285
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.451.521	2.937.128	1.396.472
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	420.589	311.506	1.353.813
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.026.946	2.227.338	4.080.744
1.01.03.01	Carteira Própria	809.265	1.765.055	3.653.749
1.01.03.02	Vinculados a compromisso de recompra	0	350.792	236.956
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	217.471	111.491	175.715
1.01.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	210	0	14.324
1.01.04	Relações Interfinanceiras	238.268	178.392	158.776
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.320	2.328	1.907
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	230.048	172.818	146.170
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	3.971	1.363	7.566
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	805	777	1.139
1.01.04.05	Correspondentes	1.124	1.106	1.994
1.01.05	Relações Interdependências	285	1	0
1.01.06	Operações de Crédito	4.224.164	4.177.810	2.157.764
1.01.06.01	Setor Público	58.378	92.410	137.654
1.01.06.02	Setor Privado	4.411.860	4.425.233	2.166.153
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-246.074	-339.833	-146.043
1.01.08	Outros Créditos	1.380.525	1.182.343	993.033
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	8	30	26
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	521.843	453.777	420.462
1.01.08.03	Rendas a Receber	25.570	21.134	22.857
1.01.08.05	Diversos	851.425	745.672	566.387
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-18.321	-38.270	-16.699
1.01.09	Outros Valores e Bens	13.703	7.894	11.968

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.702	6.390	7.971
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-1.302	-1.476	-2.115
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.303	2.980	6.112
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.753.269	7.862.666	5.766.627
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	6.739.820	3.011.201	1.740.383
1.02.02.01	Carteira Própria	6.293.647	2.925.119	1.740.383
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	437.948	0	0
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	95	268	0
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	8.130	85.814	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	32.474	38.603	41.666
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	329	333	153
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro Nacional	27.718	32.808	32.974
1.02.03.03	Repasse Interfinanceiros	4.427	5.462	8.539
1.02.05	Operações de Crédito	5.910.740	4.710.825	3.907.545
1.02.05.01	Setor Público	1.209.193	1.101.962	1.358.301
1.02.05.02	Setor Privado	5.036.407	3.824.185	2.727.337
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-334.860	-215.322	-178.093
1.02.07	Outros Créditos	70.235	102.037	77.033
1.02.07.01	Crédito por Avais e Fianças Honrados	12	35	14
1.02.07.02	Diversos	155.592	156.888	108.765
1.02.07.03	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-85.369	-54.886	-31.746
1.03	Ativo Permanente	192.055	196.405	184.890
1.03.01	Investimentos	1.429	1.379	1.120
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.732	6.682	6.023
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303	-4.903
1.03.02	Imobilizado de Uso	188.219	191.962	179.161
1.03.02.01	Imóveis de Uso	132.615	127.000	118.492
1.03.02.02	Ravaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628	111.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	151.302	142.320	119.373

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-207.326	-188.986	-170.332
1.03.05	Díferido	2.407	3.064	4.609
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	6.096	8.059	10.436
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-3.689	-4.995	-5.827

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	23.783.716	19.154.466	16.177.235
2.01	Passivo Circulante	8.474.793	8.110.117	6.910.295
2.01.01	Depósitos	3.772.031	3.197.499	2.339.354
2.01.01.01	Depósitos à Vista	109.037	142.577	118.009
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.288.569	1.381.500	879.323
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	670.627	364.753	349.550
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.688.256	1.301.556	981.797
2.01.01.05	Outos Depósitos	15.542	7.113	10.675
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	460.893	445.678	300.567
2.01.02.01	Carteira Própria	372.897	350.670	236.925
2.01.02.02	Carteria de Terceiros	87.996	95.008	63.642
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.991	0	0
2.01.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.991	0	0
2.01.04	Relações Interfinanceiras	22	0	0
2.01.05	Relações Interdependências	30.330	13.128	6.262
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	30.330	13.115	6.262
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	0	13	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	461.822	644.553	263.122
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	15.219	14.031	12.933
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	446.603	630.522	250.189
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	289.427	313.523	293.776
2.01.07.01	Tesouro Nacional	192	182	183
2.01.07.02	BNDES	166.206	182.186	174.867
2.01.07.03	CEF	0	0	98
2.01.07.04	FINAME	3.921	14.940	16.720
2.01.07.05	Outras Instituições	119.108	116.215	101.908
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	66.808	63.653	82.487
2.01.09	Outras Obrigações	3.390.469	3.432.083	3.624.727
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros e Derivativos	12.118	15.979	8.981

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.604	3.269	6.641
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	16.601	7.523	24.411
2.01.09.04	Sociais Estatutárias	130.687	238.115	127.488
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	493.132	464.557	370.441
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	7	0	0
2.01.09.07	Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	1.011.809	1.237.069	1.710.095
2.01.09.08	Instrumento Híbridos de Capital e Dívida	1.647	0	0
2.01.09.09	Diversas	1.718.864	1.465.571	1.376.670
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	13.131.569	8.971.610	7.469.375
2.02.01	Depósitos	4.737.550	3.135.228	1.797.306
2.02.01.01	Depósitos à Vista	25.082	32.763	52.768
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	13.501	20.018	0
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	4.698.967	3.082.447	1.744.538
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	63.396	0	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	482.496	0	0
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	482.496	0	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	45.656	56.126	64.673
2.02.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	45.656	56.126	64.673
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.397.349	1.120.001	939.312
2.02.07.01	Tesouro Nacional	894	982	1.129
2.02.07.02	BNDES	767.054	561.610	358.213
2.02.07.03	FINAME	48.938	14.390	27.873
2.02.07.04	Outras Instituições	580.463	543.019	552.097
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	662.357	658.740	877.675
2.02.09	Outras Obrigações	5.742.765	4.001.515	3.790.409
2.02.09.01	Instrumento Financeiros Derivativos	46.020	20.592	8.997
2.02.09.03	Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	2.734.366	2.402.693	2.957.093
2.02.09.04	Instrumento Híbridos de Capital e Dívida	1.002.519	0	0
2.02.09.05	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.101.848	622.064	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.09.06	Diversos	858.012	956.166	824.319
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	14	46
2.05	Patrimônio Líquido	2.177.338	2.072.725	1.797.519
2.05.01	Capital Social Realizado	1.850.616	1.651.616	1.299.000
2.05.01.01	De domiciliados no País	1.851.000	1.652.000	1.299.000
2.05.01.03	Ações em Tesouraria	-384	-384	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	502	380
2.05.03	Reservas de Reavaliação	28.064	30.501	32.938
2.05.04	Reservas de Lucro	248.528	271.976	403.973
2.05.04.01	Legal	88.896	73.216	50.266
2.05.04.02	Estatutária	159.632	198.760	353.707
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.130	118.130	61.228
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	50.130	118.130	61.228

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.431.267	2.005.203	2.416.531
3.01.01	Operações de Crédito	1.489.809	1.214.532	1.218.859
3.01.02	Resultado de Operações com TVM	888.770	739.243	1.040.237
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-36.140	-38.146	-2.130
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	73.161	86.778	136.939
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	15.667	2.796	22.626
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.464.879	-1.219.439	-1.646.413
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-591.142	-381.160	-348.005
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-473.727	-461.687	-1.109.975
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-400.010	-376.592	-188.433
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	966.388	785.764	770.118
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-436.119	-126.657	-156.368
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	1.246.760	1.119.091	978.584
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.019.740	-890.476	-770.067
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-659.632	-551.813	-446.574
3.04.04	Despesas Tributárias	-173.182	-144.214	-119.969
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	927.571	1.159.159	737.419
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-757.896	-818.404	-535.761
3.05	Resultado Operacional	530.269	659.107	613.750
3.06	Resultado Não Operacional	1.645	2.078	2.867
3.06.01	Receitas	3.385	4.606	6.627
3.06.02	Despesas	-1.740	-2.528	-3.760
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	531.914	661.185	616.617
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-238.979	-225.304	-186.647
3.09	IR Diferido	64.893	64.817	28.963
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-44.238	-41.686	-37.904
3.10.01	Participações	-44.238	-41.686	-37.904
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	313.590	459.012	421.029
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.971.113	772.696	-843.498
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	821.609	788.775	635.516
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	313.590	459.012	421.029
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	25.551	25.511	23.235
6.01.01.03	Provisão para Perdas de Investimentos	0	400	64
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	65	60	714
6.01.01.05	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	400.010	376.592	188.433
6.01.01.06	Provisão para Passivo Contingente	83.233	-72.363	3.467
6.01.01.07	Aplicações no Diferido	-842	-405	-1.394
6.01.01.08	Resultado de Exercícios Futuros	2	-32	-32
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.149.504	-16.079	-1.479.014
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-48.890	1.298.483	-870.570
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-36.807	-9.688	63.923
6.01.02.03	Operações de Crédito	-1.588.942	-3.153.792	-2.323.559
6.01.02.04	Outros Créditos	-196.015	-219.152	-111.429
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-5.215	3.051	4.623
6.01.02.06	Depósitos	2.176.853	2.196.067	1.019.522
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	78.613	145.111	99.601
6.01.02.08	Recurso de Aceites e Emissões de Títulos	485.487	0	0
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimo e Repasse	66.822	335.553	357.787
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.568	18.591	-5.067
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.291.732	-646.039	323.835
6.01.02.12	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-68.000	56.902	-3.227
6.01.02.13	Reserva de Reavaliação	0	0	-2.364
6.01.02.14	Atualização de Títulos Patrimoniais	0	122	89
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-27.702	-41.288	-32.178
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.145.824	552.796	-41.737
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda	-4.124.807	588.855	-29.647
6.02.02	Inversões em Investimentos	-50	-1.035	-252

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso	-20.580	-36.616	-12.959
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-1.008	-234	-1.108
6.02.05	Alienação em Investimentos	0	376	11
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	270	252	166
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	351	1.198	2.052
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.166.291	477.441	-181.040
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-317.658	-144.239	-181.040
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-384	0
6.03.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis	479.783	622.064	0
6.03.04	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.004.166	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.420	1.802.933	-1.066.275
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.877.919	2.074.986	3.141.261
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.869.499	3.877.919	2.074.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	65.534	0	65.534
5.02.01	Deliberação CVM 600/2009	0	0	0	0	65.534	0	65.534
5.03	Saldo Ajustado	1.652.000	502	30.501	271.976	65.534	117.746	2.138.259
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	313.590	0	313.590
5.05	Destinações	0	0	0	175.050	-381.561	0	-206.511
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-85.511	0	-85.511
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-121.000	0	-121.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	175.050	-175.050	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.680	-15.680	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	159.370	-159.370	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	502	-502	-2.437	0	2.437	-68.000	-68.000
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-68.000	-68.000
5.07.05	Realização da Reserva	502	-502	-2.437	0	2.437	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	198.498	-198.498	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	198.498	0	-198.498	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.299.000	380	32.938	403.973	0	61.228	1.797.519
5.03	Saldo Ajustado	1.299.000	380	32.938	403.973	0	61.228	1.797.519
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	459.012	0	459.012
5.05	Destinações	0	0	0	221.003	-461.449	0	-240.446
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-130.446	0	-130.446
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-110.000	0	-110.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	221.003	-221.003	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	22.950	-22.950	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	198.053	-198.053	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	122	-2.437	0	2.437	56.902	57.024
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	56.902	56.902
5.07.04	Atualização de Títulos Patrimoniais	0	122	0	0	0	0	122
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.437	0	2.437	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	353.000	-353.000	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	353.000	0	-353.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	-384	-384
5.13	Saldo Final	1.652.000	502	30.501	271.976	0	117.746	2.072.725

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.299.000	291	37.819	200.934	0	64.455	1.602.499
5.03	Saldo Ajustado	1.299.000	291	37.819	200.934	0	64.455	1.602.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	421.029	0	421.029
5.05	Destinações	0	0	0	203.039	-423.546	0	-220.507
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-120.296	0	-120.296
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-100.211	0	-100.211
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	203.039	-203.039	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	21.052	-21.052	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	181.987	-181.987	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	89	-4.881	0	2.517	-3.227	-5.502
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.227	-3.227
5.07.04	Atualização de Títulos Patrimoniais	0	89	0	0	0	0	89
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-4.881	0	2.517	0	-2.364
5.13	Saldo Final	1.299.000	380	32.938	403.973	0	61.228	1.797.519

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.514.232	3.155.352	3.440.170
7.01.01	Intermediação Financeira	2.431.267	2.005.203	2.416.531
7.01.02	Prestação de Serviços	1.246.760	1.119.091	978.584
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-400.010	-376.592	-188.433
7.01.04	Outras	236.215	407.650	233.488
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.064.869	-842.847	-1.457.980
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-604.897	-496.313	-404.482
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-252.445	-231.945	-199.503
7.03.02	Serviços de Terceiros	-352.452	-264.368	-204.979
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.844.466	1.816.192	1.577.708
7.05	Retenções	-25.551	-25.511	-23.235
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.551	-25.511	-23.235
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.818.915	1.790.681	1.554.473
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.818.915	1.790.681	1.554.473
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.818.915	1.790.681	1.554.473
7.09.01	Pessoal	950.902	838.855	728.658
7.09.01.01	Remuneração Direta	582.963	498.944	433.099
7.09.01.02	Benefícios	327.459	306.688	267.275
7.09.01.03	F.G.T.S.	40.480	33.223	28.284
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	525.239	462.824	385.930
7.09.02.01	Federais	509.409	449.490	376.592
7.09.02.02	Estaduais	49	33	47
7.09.02.03	Municipais	15.781	13.301	9.291
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.184	29.990	18.856
7.09.03.01	Aluguéis	29.184	29.990	18.856
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	313.590	459.012	421.029
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	121.000	110.000	100.211
7.09.04.02	Dividendos	85.511	130.446	120.296
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.079	218.566	200.522

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Pedro Ramalho, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – Carta Patente nº 3465

CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Nos últimos anos instalou-se no País, e principalmente na região Nordeste, um círculo virtuoso de crescimento do emprego e da renda, beneficiando milhões de pessoas. Uma nova classe média vem surgindo no panorama da estratificação social e econômica, com um expressivo contingente de famílias ultrapassando a linha de pobreza e usufruindo de condições mais dignas de vida e portanto de cidadania. O Nordeste vem participando positivamente de todos os resultados da política econômica e social do Governo Federal. Recebe em média metade dos recursos federais do Bolsa Família, amplia também os valores dos financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e apresenta uma demanda de investimentos expressiva em infraestrutura, logística, petróleo e gás, papel e celulose, indústria naval, turismo, infraestrutura urbana, comércio e serviços e outros setores de atividade.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) cumpriu em 2010, a exemplo dos últimos anos, seu papel de banco de desenvolvimento regional, perfeitamente integrado à política econômica do País, tendo sido um instrumento do Governo Federal na Região para execução de políticas públicas, tais como: microcrédito produtivo; apoio à agricultura familiar e às micro e pequenas empresas; e financiamento à infraestrutura, envolvendo projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Durante o ano de 2010 o BNB realizou 2,6 milhões de operações em todos os setores da economia no valor total de R\$ 21,4 bilhões. Dentre as fontes de recursos utilizadas pelo BNB, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), hoje presente em todos os 1.989 municípios de sua área de atuação, foi responsável por R\$ 10,8 bilhões dos financiamentos concedidos – o que demonstra a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste.

Na área de microcrédito o BNB aplicou no ano o valor de R\$ 2,7 bilhões (37,1% a mais do que em 2009), sendo R\$ 2,1 bilhões em microcrédito urbano por meio do Crediamigo e R\$ 595,8 milhões com o Agroamigo – seu programa de microcrédito rural. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R\$ 2,3 bilhões com crescimento de 26,7%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 1,1 bilhão com 24,2% de crescimento. O setor de infraestrutura, fundamental para o crescimento sustentável, recebeu financiamentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, um aumento de 31,4% com relação ao ano anterior, com destaque para a área de energia. Desse montante, o valor de R\$ 1,3 bilhão refere-se a financiamentos de projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

DESEMPENHO OPERACIONAL**Operações Globais**

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Durante o ano de 2010 o BNB realizou 2,6 milhões de operações no valor de R\$ 21,4 bilhões envolvendo créditos contratados de longo e curto prazos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco. Os créditos contratados somaram R\$ 20,3 bilhões, com crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior, divididos entre financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos, com R\$ 11,8 bilhões e expansão de 3,5%, e empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos, no valor de R\$ 8,6 bilhões com expressivo crescimento de 19,6%.

OPERAÇÕES GLOBAIS (R\$ milhões)

Tipo	2009		2010		Variação (valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Créditos Contratados	2.114.953	18.539,7	2.587.760	20.349,0	9,8%
• Longo Prazo ⁽¹⁾	394.388	11.352,5	402.943	11.750,3	3,5%
• Curto Prazo ⁽²⁾	1.720.565	7.187,2	2.184.817	8.598,7	19,6%
Mercado de Capitais	16	2.302,0	10	1.010,0	-56,1%
Desembolsos FDNE ⁽³⁾ - risco BNB	5	5,6	8	33,4	496,4%
Total	2.114.974	20.847,3	2.587.778	21.392,4	2,6%

(1) Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; e comércio e serviços;

(2) Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; e Conta Garantida;

(3) FDNE: Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

A redução das operações de Mercado de Capitais deveu-se ao aprimoramento na estratégia de atuação do BNB nesse segmento, focando mais fortemente a estruturação de operações e distribuição de títulos e, em menor escala, o encarteiramento.

Passando a dar maior ênfase a segmentos de negócios a partir de 2009, o BNB realizou mudanças em estruturas organizacionais, sistemas de controle e gerenciamento de créditos, treinamento de seus funcionários e ações de *marketing*, com reflexos positivos nos negócios realizados em 2010, notadamente no atendimento aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais, reforçando, assim, o papel do BNB como órgão de desenvolvimento regional no apoio a esses segmentos de clientes.

Em 2010, o apoio do Banco às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 27,5% com aplicação de R\$ 2,3 bilhões. Na agricultura familiar as contratações chegaram a R\$ 1,1 bilhão com expansão de 24,2%. A atuação do BNB em microcrédito cresceu 37,1% no ano quando foram aplicados R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões no microcrédito urbano e R\$ 595,8 milhões no setor rural. O Crédito Comercial e Câmbio cresceu 14,8% em 2010 com a contratação de R\$ 6,5 bilhões em empréstimos.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

DESEMPENHO EM ALGUNS PROGRAMAS E SEGMENTOS (R\$ milhões)

Programa / Segmento	2009	2010	Variação
Micro e Pequena Empresa (MPE)	1.785,7	2.276,3	27,5%
Agricultura Familiar (Pronaf)	890,1	1.105,1	24,2%
Microcrédito	1.942,3	2.662,1	37,1%
• Urbano (programa Crediamigo)	1.499,2	2.066,3	37,8%
• Rural (programa Agroamigo)	443,1	595,8	34,5%
Crédito Comercial e Câmbio	5.687,9	6.532,4	14,8%

As contratações globais por setor econômico evidenciaram crescimento nas operações de todos os setores, com destaque para o de infraestrutura, que cresceu 31,4%, e para o industrial com 16,7% de expansão. Fundamental para o crescimento sustentável o setor de infraestrutura recebeu financiamentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões, com destaque para a área de energia. Desse montante, o valor de R\$ 1,3 bilhão refere-se a financiamentos de projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	2009	2010	Variação
Rural	3.988,4	4.125,3	3,4%
Industrial	5.163,9	6.027,6	16,7%
Infraestrutura	1.918,8	2.521,1	31,4%
Comércio/Serviços ⁽¹⁾	7.468,6	7.675,0	2,8%
Total	18.539,7	20.349,0	9,8%

(1) Inclui os empréstimos de microcrédito (Crediamigo).

O valor total das operações contratadas em 2010 com os Mini, Micro e Pequenos produtores rurais e empresas apresentou o maior crescimento entre os portes de clientes, com 28,3% a mais do que no ano anterior. Com o montante de R\$ 6,4 bilhões no ano essa categoria representou 35,8% das contratações de Mini até Grande, significando expressivo aumento de 19,7% em comparação aos 29,9% da participação desse segmento em 2009. As operações com os clientes classificados como Médio cresceram 24,6% enquanto que a categoria Grande reduziu suas aplicações em 8,3%. Esses resultados refletem o esforço do Banco no atendimento prioritário aos mini, micro e pequenos clientes.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE (R\$ milhões)

Porte	2009	2010	Variação
Mini/Micro/Pequeno	4.971,3	6.378,0	28,3%
Médio	2.328,7	2.900,6	24,6%
Grande	9.320,9	8.549,3	-8,3%
Mini até Grande	16.620,9	17.827,9	7,3%
Infraestrutura	1.918,8	2.521,1	31,4%
Total	18.539,7	20.349,0	9,8%

O Banco tem uma atuação em operações de curto prazo de forma complementar aos financiamentos de longo prazo. Atendendo prioritariamente os clientes que detêm financiamentos para investimento, as operações de curto prazo objetivam suprir os empreendimentos de suas necessidades de crédito de funcionamento, como Capital de Giro, Descontos de Títulos, Contas Garantidas e Câmbio. Com as operações de curto prazo, o BNB contratou R\$ 8,6 bilhões em 2010 – um acréscimo de 19,6% em relação ao ano anterior – com todos os produtos apresentando expansão conforme evidenciado na tabela adiante.

EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO CONTRATADOS POR PRODUTO (R\$ milhões)

Produto	2009	2010	Variação
Crédito Comercial	4.859,3	5.653,8	16,4%
• Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Capital de Giro	2.990,6	3.142,5	5,1%
• Desconto	718,6	892,4	24,2%
• Contas Garantidas	1.150,1	1.618,9	40,8%
Câmbio ⁽¹⁾	828,7	878,6	6,0%
Crediamigo	1.499,2	2.066,3	37,8%
Total	7.187,2	8.598,7	19,6%

(1) Valores convertidos para Reais pela cotação da moeda estrangeira nas datas das contratações.

O Banco continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde atua – região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 65,5%

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

do total. No saldo de curto prazo a participação do BNB é de 6,3% e no crédito rural essa participação alcança 72,3%.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

As contratações de financiamentos em 2010 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) somaram R\$ 10,8 bilhões, com crescimento de 17,7% em relação ao montante verificado em 2009. Entre os setores, o maior crescimento no ano, de 411,6%, foi verificado no setor de turismo que aplicou R\$ 447,2 milhões, já contemplando financiamento de projetos voltados para a Copa 2014. O setor Rural, que apresentou variação em valor de 27,5% em 2010, recebeu R\$ 3,7 bilhões correspondentes a 34,0% do valor total contratado. Outro setor com expressivo crescimento foi o industrial que, com contratações de R\$ 2,4 bilhões, aumentou 37,9% em relação ao ano anterior. O setor de infraestrutura teve financiamentos no valor total de R\$ 2,0 bilhões, o que representou crescimento de 5,3%. Desse valor, o montante de R\$ 1,3 bilhão foi para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O desempenho desses setores pode ser entendido pelo aquecimento da economia e, por conseguinte, do aumento da demanda interna por bens e serviços em geral, o que repercute na procura por financiamentos a partir das empresas.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ milhões)

Setor	2009	2010	Variação
Rural	2.867,9	3.657,3	27,5%
Agroindustrial	366,9	220,6	-39,9%
Industrial	1.754,8	2.419,2	37,9%
Infraestrutura	1.918,8	2.020,5	5,3%
Turismo	87,4	447,2	411,6%
Comércio/Serviços	2.138,3	1.990,4	-6,9%
Total	9.134,1	10.755,2	17,7%

A normalização em 2010 da disponibilidade de linhas externas no mercado financeiro pós-crise financeira teve como consequência a queda na demanda do programa Nordeste Exportação (NExport) pelas empresas agroindustriais, ocasionando redução de 39,9% nas contratações desse setor agroindustrial em 2010 com recursos do FNE. Embora tenha havido pequena redução de 6,9% nas contratações do setor

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Comércio/Serviços com operações de longo prazo utilizando o FNE, o Banco expandiu suas aplicações totais nesse setor em 2,8% em função da expansão do crédito de curto prazo com outras fontes de recursos.

Os financiamentos voltados para os mini e pequenos produtores rurais (aqueles com receita agropecuária bruta anual até R\$ 300 mil) e para as micro e pequenas empresas (com receita operacional bruta anual até R\$ 2,4 milhões) somaram R\$ 2,8 bilhões e cresceram 23,3% em 2010 em relação ao ano anterior.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR PORTE EM 2010 (R\$ milhões)

Porte	2009	2010	Variação
Mini/Micro/Pequeno ⁽¹⁾	2.253,3	2.778,6	23,3%
Médio ⁽¹⁾	1.343,8	1.579,0	17,5%
Grande ⁽¹⁾	3.618,2	4.377,1	21,0%
Mini até Grande	7.215,3	8.734,7	21,1%
Infraestrutura	1.918,8	2.020,5	5,3%
Total	9.134,1	10.755,2	17,7%

(1) Classificação dos beneficiários (setor rural) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita agropecuária bruta anual: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de R\$ 150 mil e até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil e até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. Classificação dos beneficiários (demais setores) por porte, segundo as diretrizes do FNE, de acordo com a receita operacional bruta anual: Micro – até R\$ 240 mil; Pequeno – acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2,4 milhões; Médio – acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande – acima de R\$ 35 milhões.

SEGMENTOS DE NEGÓCIOS DE CRÉDITO

Com a segmentação de negócios implementada pelo Banco e a consolidação das alterações para uma gestão direcionada às diversas classificações de negócios, vários programas e segmentos passaram a contar com uma dinâmica e acompanhamento que permitem dar maior produtividade e, consequentemente, ampliar a participação do BNB nesses segmentos.

Microcrédito

Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no país. Em 2010 as 1.961.587 operações de microcrédito somaram R\$ 2,7 bilhões, representando crescimento de 37,1% em comparação a 2009.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

MICROCRÉDITO NO BNB (R\$ milhões)

Microcrédito	2009		2010		Variação (Valor)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Urbano (programa Crediamigo)	1.259.594	1.499,2	1.632.482	2.066,3	37,8%
Rural (programa Agroamigo)	286.175	443,1	329.105	595,8	34,5%
Total	1.545.769	1.942,3	1.961.587	2.662,1	37,1%

Os programas oferecem pequenos empréstimos a microempreendedores para o desenvolvimento de suas atividades. Atuam em sintonia com a estratégia do Governo Federal de redução da pobreza e inclusão social. Estima-se que aproximadamente 30% dos clientes dos programas de microcrédito do BNB sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.

Microfinança Urbana

O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, em sua maioria informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Em 2010, o valor total dos empréstimos desembolsados por meio do Crediamigo foi de R\$ 2,1 bilhões, representando um crescimento de 37,8% em relação ao ano de 2009. A quantidade de empréstimos desembolsados evidencia, também, significativo crescimento de 29,6%. Foram realizadas no ano 1.632.482 operações contra 1.259.594 operações contratadas no período anterior. O crescimento da carteira ativa em 2010 foi de 48%, chegando ao final do ano com saldo de R\$ 742,6 milhões. A quantidade de clientes ativos cresceu 39,5%, passando de 528,7 mil para 737,8 mil.

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. Estão ocupados no Nordeste nesse segmento econômico 6,4 milhões de pessoas. O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste. Durante o ano de 2010, o Banco contratou 367.151 operações envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, com crescimento de 24% em relação ao ano anterior. O Programa conta com uma carteira ativa ao final do ano no valor de R\$ 4,8 bilhões, correspondentes a 1,4 milhão de operações.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Microfinança Rural

O Agroamigo é o programa de microcrédito rural do BNB que tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores com renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que visa expandir o atendimento rápido e desburocratizado mediante a concessão de microcrédito rural direcionado às famílias de menor nível de renda no meio rural. Em 2010 foram realizadas 329.105 operações em toda área de atuação do Banco, envolvendo recursos no montante de R\$ 595,8 milhões, crescimento de 34,5% e valor médio de R\$ 1.810,35 por operação. Quase metade das operações (48%) do Agroamigo foi contratada com mulheres.

Negócios com Mini e Pequenos Produtores Rurais

O BNB atua com os mini e pequenos produtores rurais visando ao fortalecimento da economia regional e à redução da pobreza no campo. Em 2010 o Banco contratou 9.760 operações que somaram R\$ 434,8 milhões com esse segmento, exceto o público enquadrado no Pronaf. A carteira ativa ao final do ano ficou no valor de R\$ 4,4 bilhões, correspondendo a 266,4 mil operações.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

Em 2010 o BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) linhas de crédito para longo e curto prazos no valor total de R\$ 2,9 bilhões. No mesmo período o Banco contratou operações que somaram R\$ 2,3 bilhões, significando evolução de 27,5% em relação ao montante de 2009. Esse valor atendeu a 23.774 micro e pequenas empresas com 98.550 operações de crédito em 2010. Dentre as ações que contribuíram para o resultado obtido no ano, merecem destaque: expansão dos negócios com franquias; divulgação da marca Banco do Nordeste no mercado, apresentando produtos e suas condições por meio da veiculação da versão 2010 de campanha publicitária dirigida às micro e pequenas empresas; parcerias existentes entre o Banco e importantes entidades que atuam em setores considerados estratégicos; maior agilidade do processo de concessão de créditos às MPEs; e programas de treinamento e atualização de Gerentes de Negócios.

Negócios com médios e grandes clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem o segmento os clientes produtores rurais com faturamento anual superior a R\$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 200 milhões. O segmento de negócios *corporate* gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R\$ 200,0 milhões. O BNB conta com espaço próprio e equipe especializada para prestar atendimento diferenciado nas Plataformas *Corporate* existentes em cada um dos Estados da área de atuação do BNB. Nesse segmento *corporate* foram contratados R\$ 4,7 bilhões em financiamentos no ano de 2010.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viabilizando investimentos totais da ordem de R\$ 13,8 bilhões em 25 projetos dos setores de energia e transporte no período de 2005 a 2010, inclusive com a utilização de recursos do FNE, cujo volume contratado é da ordem de R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão somente no ano de 2010.

Negócios com Governo

O BNB tem expandido seus negócios com o Segmento Governo alcançando um valor total de R\$ 2,8 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão em negócios realizados por meio da contratação de operações de crédito e R\$ 1,5 bilhão na captação de recursos.

Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas, somaram R\$ 5,7 bilhões em 2010 representando crescimento de 16,4% em relação ao ano anterior.

Comércio Exterior e Câmbio

Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o BNB mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais. No ano de 2010, foram alocados mais de R\$ 1,3 bilhão pelas diversas fontes de financiamento ao comércio exterior operacionalizadas pelo Banco. Os produtos de crédito ofertados e que atendem às necessidades de financiamento e emissão de garantias são: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC/ACE), Financiamento à Importação (FINIMP) e garantias internacionais. No apoio às exportações, além das operações tradicionais de comércio exterior, como o ACC e o ACE, o Banco disponibiliza aos exportadores nordestinos a linha Nordeste Exportação. Essa linha visa fomentar a produção industrial e agroindustrial e as atividades comercial e de prestação de serviços das empresas instaladas em qualquer município da área de atuação do Banco. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2010, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, atingiu a cifra de R\$ 5,3 bilhões.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Mercado de Capitais

O BNB participou em 2010 da estruturação de operações de renda fixa no valor de R\$ 1,0 bilhão. Com essa atuação, o Banco atingiu a 10ª posição no *ranking* nacional de Originadores de operações de renda fixa e também a 10ª posição no *ranking* nacional de Distribuidores de títulos de renda fixa do mercado de capitais brasileiro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Captação de Recursos

Durante o ano de 2010, o BNB intensificou a captação de recursos para fazer frente à crescente demanda por crédito na região Nordeste por meio de duas novas modalidades de captação: emissão de *Eurobonds* e captação direta de recursos junto ao Tesouro Nacional na forma de instrumento híbrido de capital e dívida. O acesso ao mercado internacional, mediante o processo de emissão de *Eurobonds* no valor nominal de US\$ 300 milhões, gerou *funding* adicional para operações de capital de giro. O processo de *bookbuilding* contou com ordens de mais de 200 investidores, incluindo administradores de fundos, bancos, Fundos de Hedge e seguradoras, gerando uma demanda superior a US\$ 2,0 bilhões, equivalente a 6,7 vezes o valor da emissão. O BNB assinou com a União a contratação de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no montante de R\$ 1 bilhão, o que permitirá ao Banco, após aprovação do Banco Central, elevar o Patrimônio de Referência (PR) total da instituição de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 4,3 bilhões e o Índice de Basileia de 13,2% para 17,8%, adequando-os à crescente demanda de crédito da região.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**Ativos Totais**

Ao término de 2010, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 24,2% em relação ao final de 2009 (vide tabela Ativos Globais). Nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 1.896 milhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 1.756 milhões). O crescimento dos saldos de ativos do BNB (R\$ 4.629 milhões) de dezembro de 2009 para dezembro de 2010 está representado, preponderantemente, pelo aumento do saldo de operações de crédito da carteira própria do BNB, no valor de R\$ 1.246 milhões, e pelo acréscimo de R\$ 3.161 milhões observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento foi possível em função do aumento do volume de captação de depósitos a prazo em R\$ 1.787 milhões, da integralização pela União de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R\$ 1 bilhão, e da emissão de títulos no exterior, no valor de R\$ 485 milhões, ocorridos no ano de 2010.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram 14% em 2010, representados, preponderantemente, pelo acréscimo: de R\$ 753 milhões nos saldos de operações de crédito com recursos de repasses do FNE (R\$ 782 milhões em 31.12.2010 contra R\$ 29 milhões em 31.12.2009); de R\$ 563 milhões em operações de crédito de curto prazo com recursos internos (R\$ 6.248 milhões em 31.12.2010 contra R\$ 5.685 milhões em 31.12.2009); de R\$ 243 milhões em operações do Programa Crediamigo (R\$ 770 milhões em 31.12.2010 contra R\$ 527 milhões em 31.12.2009); e de R\$ 443 milhões em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES (R\$ 988 milhões em 31.12.2010 contra R\$ 545 milhões em 31.12.2009).

Em 2010, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 13,1% (vide tabela Ativos Globais), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2010, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 4.083 milhões, contra R\$ 3.789 milhões ingressados em 2009. Quando são comparadas as posições de 31.12.2010 e 31.12.2009, percebe-se um acréscimo de 13,1% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 2,8% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

ATIVOS GLOBAIS (R\$ milhões)

Discriminação	BNB		FNE	
	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010
Disponibilidades, ⁽¹⁾ Aplicações Interfinanceiras e TVM	8.560,2	11.721,3	274,3	1.896,5
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	-	-	3.276,5	1.756,6
Relações Interfinanceiras	217,0	271,0	851,0	1.331,4
Operações de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	8.888,6	10.134,9	25.048,9	28.337,4
Outros Créditos - Saldo Líquido de Provisões	1.284,4	1.450,8	2,5	3,1
Outros Valores e Bens	7,9	13,7	1,7	1,5
Permanente	196,4	192,1	-	-
Total	19.154,5	23.783,7	29.454,9	33.326,6

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010***Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição de 31.12.2010, corresponde a R\$ 7.766 milhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2.528 milhões (48%) em relação a 31.12.2009, quando totalizava R\$ 5.238 milhões. Essa variação ocorreu principalmente em função do acréscimo em Letras Financeiras do Tesouro e em Notas do Tesouro Nacional, financiada, principalmente, pelo ingresso de recursos provenientes de contrato de instrumento híbrido de capital e dívida pelo qual a União repassou R\$ 1,0 bilhão ao BNB, pelo incremento de R\$ 1.787 milhões nas captações via depósito a prazo e por recursos captados no exterior, no valor de USD 300 milhões. Em atendimento à Circular nº 3068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o BNB elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do BNB declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Operações de Crédito Globais

As operações de crédito acrescidas de outras aplicações registradas em rubricas com características de crédito, tais como os adiantamentos sobre contratos de câmbio e créditos concedidos a devedores por compra de valores e bens, totalizavam, em 31.12.2010, sem a dedução de provisões, R\$ 40.844 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 12,5%.

SALDOS DE APLICAÇÕES POR FONTE/PROGRAMA (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2009	31.12.2010
FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)	26.349	29.556
Recursos Internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB)	5.685	6.248
Captações Externas (Câmbio)	759	553
Poupança BNB	744	238
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	639	654
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	545	988
Crediamigo (utiliza recursos do BIRD, FAT, DIM e Recursos Internos)	527	770
Fundo de Terras/Reforma Agrária	518	571
FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)	266	254
STN (Secretaria do Tesouro Nacional)	82	81

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

INCRA - Conta Fundiária	68	71
FMM (Fundo da Marinha Mercante)	54	59
FNE - Repasses Lei 7.827 Art 9º, "a" (Dívida Subordinada)	29	782
FRT (Fundo Rotativo de Terras)	11	13
Outras	9	5
Total	36.287	40.844

Demonstram-se, no quadro a seguir, os saldos das operações de crédito do BNB por setor, com destaque para o crescimento de 104,9% na carteira de infraestrutura e desenvolvimento, passando a representar 13,3% das aplicações em operações de crédito do BNB. Em relação às operações de crédito do FNE por setor, destacam-se o crescimento de 22,8% do setor de infraestrutura e desenvolvimento, o qual passou a representar 14,9% das aplicações em operações de crédito do FNE, e o aumento de 19,6% na carteira de indústria, comércio e serviços, a qual representa 31,9% dos saldos globais de operações de crédito do FNE.

SALDOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR (R\$ milhões)

Discriminação	BNB		FNE	
	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010
Operações de Crédito - Saldo Líquido de Provisões	8.888,6	10.134,9	25.048,9	28.337,4
• Operações de Crédito	9.443,8	10.715,8	26.349,2	29.556,0
⇒ Indústria, Comércio e Serviços	5.635,0	6.771,2	7.877,4	9.420,5
⇒ Rurais e Agroindustriais	2.321,3	1.961,0	14.372,0	15.419,8
⇒ Infraestrutura e Desenvolvimento	696,0	1.426,1	3.575,5	4.392,3
⇒ Refinanciamentos	517,1	533,2	-	-
⇒ Financiamento à Exportação e Importação	274,4	24,3	524,3	323,4
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(555,2)	(580,9)	(1.300,3)	(1.218,6)
Outros Créditos - com características de concessão de crédito - Saldo Líquido de Provisões	433,2	499,9	-	-

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

• Outros Créditos	493,9	571,9	-	-
⇒ À Importação e Exportação	484,4	529,1	-	-
⇒ Outras	9,4	42,8	-	-
• Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(60,7)	(72,0)	-	-
Total	9.321,8	10.634,8	25.048,9	28.337,4

Recursos Totais

De 31.12.2009 a 31.12.2010, as obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 26,4%, conforme tabela a seguir.

RECURSOS TOTAIS (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2009	31.12.2010
Depósitos à vista	175	134
Depósitos de poupança	1.382	1.289
Depósitos a prazo	4.384	6.387
⇒ FAT	395	687
⇒ Finor - Disponibilidades	124	95
⇒ Reinvestimentos Lei No. 8.167	397	353
⇒ CDB	3.468	5.251
Depósitos Interfinanceiros e Outros	392	701
Recursos FNE	3.553	3.656
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.434	1.687
⇒ BNDES e FINAME	773	986
⇒ Outras Instituições	660	700
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	722	729
Obrigações por Empréstimos	701	507
Captações no Mercado Aberto	446	524
Emissão de Títulos no Exterior	0	485
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	465	493

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

Especificação	31.12.2009	31.12.2010
Passivos Contingentes	1.203	1.347
⇒ FNE	956	1.092
⇒ Causas Cíveis e Outras	96	93
⇒ Causas Trabalhistas	151	162
Provisões Sociais e Estatutárias	238	131
Pagamentos a Efetuar	1.124	1.054
⇒ Deliberação CVM 371 (Benefícios pós-emprego)	1.023	925
⇒ Outros	101	129
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	622	1.102
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	0	1.004
Outras Obrigações	242	375
Total das obrigações para com terceiros	17.082	21.606
Resultados de Exercícios Futuros	0	0
Patrimônio Líquido	2.073	2.177
Total Passivo + Patrimônio Líquido BNB	19.155	23.784
Recursos FNE	25.280	28.569
Total	44.435	52.352

Patrimônio Líquido

O BNB apresentou, em 31.12.2010, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.177,3 milhões (R\$ 2.072,7 milhões, em 31.12.2009) e um capital social de R\$ 1.851 milhões (R\$ 1.652 milhões em 31.12.2009), representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

Resultados

O lucro líquido do BNB em 2010 importou em R\$ 313,6 milhões, com valor de R\$ 3,60 por ação. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2010 foi de 14,40% a.a. Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido médio apresentado ao término de 2010, a rentabilidade passa para 14,87% a.a.

Relatório da AdministraçãoRelatório da Administração 2010

Índice de Adequação Patrimonial

A partir de 01.07.2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução Nº 3.490 e normas complementares, estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco. As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2010, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas. Em 31.12.2010, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia) do BNB foi de 13,22% (12,80% em 31.12.2009), enquanto o PR foi de R\$ 3.248,3 milhões. O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.627,4 milhões em 31.12.2010. Em julho de 2009 e em junho de 2010, o BNB celebrou contrato de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a considerar os valores desses contratos como capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basileia da Instituição. Em 22.12.2010, nos termos da Lei 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o BNB e a União celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1 bilhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato não possui data de vencimento e, após aprovação do Banco Central, já solicitada, permitirá ao BNB elevar o Patrimônio de Referência (PR) total da Instituição. Se considerado na posição de 31.12.2010, o PR seria de R\$ 4.252,4 milhões e o índice de Basileia de 17,80%.

Avaliação de Risco Internacional e Local – Rating

Em 2010, a *Moody's* atribuiu pela primeira vez grau de investimento em escala global ao BNB. A agência atribuiu ao Banco *ratings* de Baa3 e de Prime-3 em depósito em moeda estrangeira de longo prazo e de curto prazo respectivamente. Na escala nacional brasileira atribuiu *rating* de Aaa.br de longo prazo e BR-1 de curto prazo. A *Fitch* atribuiu, também pela primeira vez, grau de investimento em escala global ao BNB. O IDR de Longo Prazo em moeda estrangeira do Banco ficou no mesmo nível do *rating* soberano da República Federativa do Brasil (BBB-/Positiva). Já a *Standard & Poor's* manteve o *rating* do BNB no mesmo nível do *rating* soberano da República Federativa do Brasil (BBB-/Estável/A-3 na escala internacional e brAAA/Estável/- na escala nacional).

Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

De acordo com normativos do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) baseados nos pronunciamentos do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), o BNB divulgará, em seu portal na Internet, demonstrações financeiras no padrão contábil internacional (IFRS), a partir das relativas ao exercício findo em 31/12/2010, comparativas com as do exercício imediatamente anterior, proporcionando aos *stakeholders* maior divulgação de informações.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE (ETENE)

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2010

O BNB, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), deu continuidade em 2010 à avaliação de programas e subprogramas de financiamentos. Publicou a Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), versão revisada da definida em 2005, incorporando melhorias identificadas ao longo do processo. Também foi publicada a Avaliação de Resultados e Impactos do FNE-Proatur, realizada junto aos empreendedores das principais atividades turísticas. Foi concluída ainda a Avaliação de Resultados e Impactos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da região Nordeste (FNE-Proinfra) no período de 2004 a 2009. A avaliação do FNE-Rural encontra-se em sua fase final. O ETENE publicou ainda a Avaliação do Pronaf B no BNB.

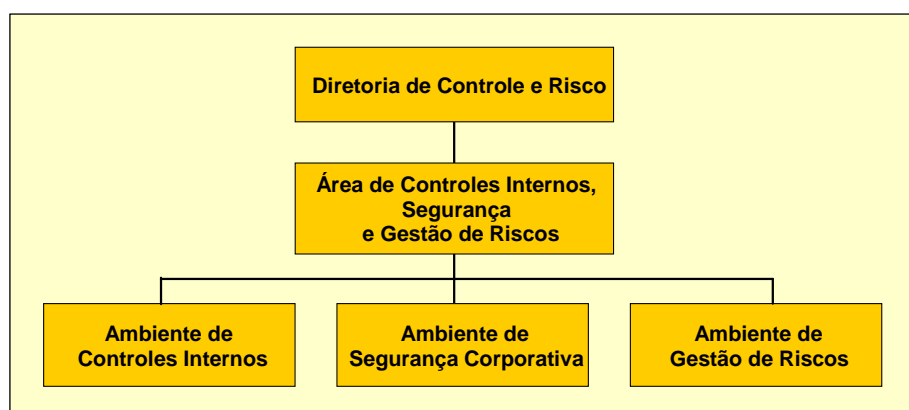
Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Nos três fundos administrados de apoio à pesquisa – o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste (FASE) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) – o BNB aplicou R\$ 43,0 milhões em 2010 em 781 projetos.

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura organizacional do BNB está desenhada com base em princípios de governança corporativa que visam prover solidez ao Banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos envolvidos e da geração de resultados positivos. O Banco conta com uma diretoria específica para tratar de controle e risco, atendendo às Resoluções nº 3.380, 3.464 e 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinam às instituições financeiras a implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, de risco de mercado e de risco de crédito. Subordinada a essa Diretoria, a Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos responde pela supervisão de três Ambientes: Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos.

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO



Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

A Área de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos tem como responsabilidades básicas: desenvolver estratégias para identificar, avaliar, monitorar, controlar, gerir e mitigar os riscos de crédito, de mercado e liquidez e operacional e definir os níveis de alocação de capital mínimo para suportar esses riscos; definir e gerenciar, em conjunto com as demais áreas do Banco, as ações de segurança corporativa, compreendendo segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e implementar controles internos, de forma segregada das demais áreas, das atividades desenvolvidas em todas unidades do Banco, envolvendo os processos operacionais e gerenciais, sistemas de informações e, ainda, assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. O Ambiente de Controles Internos é responsável por: definir mecanismos e procedimentos de controle voltados para a mitigação dos riscos do Banco em suas atividades e sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais; executar, de forma segregada das demais funções do Banco, as atividades referentes à gestão do Sistema de Controles Internos, com vistas a assegurar a eficiência dos controles existentes em cada processo; acompanhar o cumprimento, pelas demais áreas do Banco, das normas legais e regulamentares aplicáveis à Instituição; e verificar a conformidade das operações, processos, produtos e serviços. O Ambiente de Segurança Corporativa tem como funções: definir, gerenciar e participar da implementação de procedimentos de segurança corporativa, compreendendo: segurança física e lógica da informação, segurança bancária, segurança patrimonial, segurança das comunicações e segurança pessoal; e disseminar as políticas e ações voltadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, bem como monitorar a efetividade dos procedimentos adotados. Já o Ambiente de Gestão de Riscos responde por assegurar a manutenção de níveis de risco adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados ao risco de crédito, de mercado e liquidez e operacional.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento dos riscos operacional, de crédito, de mercado e de liquidez do BNB constará de seu Relatório Anual 2010, a ser editado ao longo do ano de 2011. O documento é disponibilizado na Internet por meio do portal www.bnb.gov.br e distribuído a público de relacionamento do Banco. Nesse endereço da Internet, no *link* Relação com Investidores, podem ainda ser encontradas informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular 3.477 do Banco Central do Brasil.

Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, Ouvidoria Institucional e Comissão de Ética

O BNB conta com um Comitê de Auditoria – órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, instituído na forma da Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional – com atribuições e requisitos de funcionamento especificados no Estatuto Social do Banco. As atividades do Colegiado são relatadas semestralmente por meio do Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria. Um resumo deste Relatório compõe a publicação do conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco. Durante o ano de 2010, dentro de sua missão institucional, o Comitê de Auditoria atuou focado no acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente, Auditoria Interna, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, na revisão e avaliação da qualidade das Demonstrações Financeiras e no desempenho da Ouvidoria. Atuou, também, no aconselhamento à Diretoria do Banco quanto ao aperfeiçoamento de controles e observância de normas legais e regulamentos internos.

Relatório da Administração*Relatório da Administração 2010*

A Auditoria Interna implementou ações de desenvolvimento institucional e de capacitação para o fortalecimento da sua atividade, cumprindo o seu papel de assessorar a alta administração e colegiados estatutários (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria) e de fornecer informações relativas à eficácia do gerenciamento dos riscos e dos controles dos processos da Instituição.

A Ouvidoria Institucional, como instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos nas relações que mantêm com o Banco, busca aprimorar esse relacionamento com seus clientes por meio de análise de demandas registradas em caráter recursal aos demais canais de atendimento da Instituição, atuando também na mediação de conflitos.

O BNB tem sua Comissão de Ética como colegiado voltado para promover ações educativas, preventivas e corretivas relativas às questões de ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cuja atuação se insere nos regramentos dos Decretos Nº 1.171, de 22/06/1994, e Nº 6.029, de 01/02/2007, do Governo Federal. As atividades da Comissão de Ética são relatadas anualmente à Comissão de Ética Pública (CEP) em relatório específico.

Relação com Investidores e com Mercado Financeiro

Com o intuito de ampliar a oferta de produtos e serviços ao mercado, a cultura de transparência e as boas práticas de governança corporativa, o BNB criou uma unidade organizacional específica de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro. A unidade tem como objetivo prestar atendimento aos acionistas e investidores do Banco, operacionalizar a distribuição de títulos e valores mobiliários e coordenar as operações sindicalizadas.

INSTRUÇÃO CVM

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o BNB informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2010, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Fortaleza, 25 de janeiro de 2011

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Patrimônio Líquido
Nota 4- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 19- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 20- Impostos e Contribuições
Nota 6- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 21- Provisões e Contingências Passivas
Nota 7- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 22- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 23- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Outros Créditos	Nota 24- Benefícios a Empregados
Nota 10- Carteira de Câmbio	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Permanente	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 13- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 14- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 29- Outras Informações
Nota 15- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – BACEN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se o seguinte:

- a.1)** os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados *pro rata* dia;
- a.2)** as provisões, inclusive os encargos sobre férias, licença-prêmio e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
- a.3)** são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Notas Explicativas

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N.º 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

Notas Explicativas

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

i) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso o Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN Nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

j) Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

k) Benefícios a Empregados

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº. 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010, conforme detalhado na alínea "h" da Nota 24.

l) Avaliação do Valor Recuperável

Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN N.º 3.823, de 18.12.2009.

Notas Explicativas

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades em moeda nacional	80.923	70.284
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.468	2.699
Total da Disponibilidade de Caixa	82.391	72.983
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (1)	88.333	680.747
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	3.698.775	3.124.189
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.869.499	3.877.919

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

a) Composição

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.451.521	2.937.128
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	3.363.525	2.842.120
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	87.996	95.008
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	420.589	311.506
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.475	22.434
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	407.114	289.072
TOTAL	3.872.110	3.248.634
SALDO DE CURTO PRAZO	3.872.110	3.248.634

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	191.809	324.934	155.948
Posição Bancada	187.016	316.614	146.051
Posição Financiada	4.793	8.320	9.897
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.194	22.715	76.723
TOTAL (Nota 6.b)	203.003	347.649	232.671

NOTA 6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

Notas Explicativas

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Títulos Disponíveis para Venda	7.758.083	5.208.854
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.378	29.417
Diferencial a Receber Swap	305	268
TOTAL	7.766.766	5.238.539
SALDO DE CURTO PRAZO	1.026.946	2.227.338
SALDO DE LONGO PRAZO	6.739.820	3.011.201

a.2) Títulos Disponíveis para Venda em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	7.288.386	7.259.257	(29.129)	
Letras Financeiras do Tesouro	5.648.455	5.646.915	(1.540)	2011 a 2017
Notas do Tesouro Nacional	844.817	844.253	(564)	2015
Letras Financeiras	30.313	30.313	-	2016
Debêntures	520.905	520.204	(701)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	30.811	30.811	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	182.165	182.165	-	2011
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.721	4.583	(3.138)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	23.181	-	(23.181)	1993
Títulos da Dívida Agrária	18	13	(5)	2011 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.799	14.552	(1.247)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.247	-	(1.247)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	14.552	14.552	-	2012
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	258.673	114.514	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	506	(3.705)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	258.167	118.219	Sem Vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	226.188	225.601	(587)	
Letras Financeiras do Tesouro	221.920	221.920	-	2011 a 2015
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	587	-	(587)	1993
Debêntures	3.681	3.681	-	2018
TOTAL DA CATEGORIA	7.674.532	7.758.083	83.551	
Crédito Tributário	-	-	13.873	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15.c)	-	-	(47.294)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	50.130	

Especificação	31.12.2009			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	4.601.272	4.578.504	(22.768)	
Letras Financeiras do Tesouro	3.399.248	3.399.303	55	2010 a 2015
Debêntures	406.915	405.555	(1.360)	2012 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	54.248	54.248	-	2011 a 2013
Notas Promissórias	718.550	718.550	-	2010
Títulos Públicos Federais – FCVS	1.674	828	(846)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros (1)	20.606	-	(20.606)	1993
Títulos da Dívida Agrária	31	20	(11)	2010 a 2015
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	68.722	67.518	(1.204)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.204	-	(1.204)	Sem Vencimento
Cotas de FIDC	67.518	67.518	-	2012 a 2020
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	365.527	221.368	
Ações de Companhias Abertas	139.948	364.920	224.972	Sem vencimento
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	607	(3.604)	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	197.817	197.305	(512)	
Letras Financeiras do Tesouro	197.296	197.305	9	2010 a 2015

Notas Explicativas

Títulos Públicos Federais – Outros (1)	521	-	(521)	1993
TOTAL DA CATEGORIA	5.011.970	5.208.854	196.884	
Crédito Tributário	-	-	11.261	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15.c)	-	-	(90.015)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	118.130	

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 83.551 mil (R\$ 196.884 mil em 31.12.2009). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 50.130 mil (R\$ 118.130 mil em 31.12.2009).

(1) A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em título público denominado pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatado pelo Tesouro Nacional.

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010			31.12.2009		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	8.378	8.378		29.417	29.417	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	1.608	1.608	2011 (*)	2.000	2.000	2011 (*)
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	421	421	2012 a 2014	394	394	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	5.200	5.200	2017 (*)	3.401	3.401	2017 (*)
FGO – Fundo Garantia de Operações	231	231	Sem Vencimento	-	-	
FIP Nordeste Energia	-	-		23.622	23.622	2023
FIP Brasil Agronegócios	918	918	2018 (*)	-	-	
TOTAL DA CATEGORIA	8.378	8.378		29.417	29.417	

(*) Vencimento Previsto

a.4) Em outubro de 2010, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Investimento em Participações Nordeste Energia da categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” para a categoria “Títulos Disponíveis para Venda”. Referidas cotas adquiridas em 2008 e vendidas em 15.10.2010 proporcionaram um ganho de R\$ 7.500 mil ao Banco.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado foram adotados os seguintes critérios:

- Títulos de Renda Fixa: nível médio de ágio/deságio negociado no mercado secundário, conforme divulgação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;

- Títulos da Dívida Agrária – TDA, Debêntures, CCB e Notas Promissórias: ágio/deságio médio observado na última negociação registrada na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e

- Títulos de Renda Variável: cotação média dos ativos na BM&F BOVESPA.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5.b)	191.809	324.934	155.948
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 5.b)	11.194	22.715	76.723
Títulos de Renda Fixa	306.601	537.428	505.120
Títulos de Renda Variável	1.130	3.693	1.452
TOTAL	510.734	888.770	739.243

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo da administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

O Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir em R\$ Mil:

Composição em 31.12.2010				
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO	CURVA	AJUSTE A MERCADO

Notas Explicativas

		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	-	28.855	-	11.174	-	17.681
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Pré-fixada	544.399	305	29.283	148	17.459	157	11.824
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.053.419	305	58.138	148	28.633	157	29.505

Composição em 31.12.2009							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Mercado Interfinanceiro (CDI)	7.891	-	184	-	75	-	109
Taxa Pré-fixada	805.706	268	36.386	-	15.779	553	20.892
Moeda Estrangeira (Dólar)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	813.597	268	36.570	-	15.854	553	21.001

Composição em 31.12.2010	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	488.587
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	485.113
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	667.566
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	655.709

Composição em 31.12.2009	
Valores em Risco de Operações de Swap	Valor
HEDGE DE RISCO DE MERCADO –ATIVO	-
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	-

Notas Explicativas

HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	920.919
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	901.049

Composição em 31.12.2010		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	53	2.490
3 a 12 meses	157	9.628
1 a 3 anos	95	13.000
3 a 5 anos	-	33.020
TOTAL	305	58.138

Composição em 31.12.2009		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	2.424
3 a 12 meses	-	13.555
1 a 3 anos	181	16.375
3 a 5 anos	87	3.935
5 a 15 anos	-	281
TOTAL	268	36.570

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Swap	(30.488)	(36.140)	(38.146)
TOTAL	(30.488)	(36.140)	(38.146)

NOTA 7 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados em R\$ Mil**

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	196.368	148.935
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	33.680	23.883
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	27.718	32.806
Tesouro Nacional - Crédito Rural	4.300	1.696
TOTAL	262.066	207.320

b) Resultado de Aplicações Compulsórias em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	6.524	11.779	8.653
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.596	10.710	220
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	84	113	2.974

Notas Explicativas

Desvalorização de Créditos Vinculados	(2.812)	(6.935)	(9.051)
TOTAL	5.392	15.667	2.796

NOTA 8 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas em R\$ Mil**

Especificação	31.12.2010		31.12.2009	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.715.838	(580.934)	9.443.790	(555.155)
Curto Prazo	4.470.238	(246.074)	4.517.643	(339.833)
Longo Prazo	6.245.600	(334.860)	4.926.147	(215.322)
Outras Rubricas com Característica de Crédito	571.930	(71.984)	493.862	(60.690)
Curto Prazo	547.862	(18.321)	490.609	(34.460)
Longo Prazo	24.068	(53.663)	3.253	(26.230)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.287.768	(652.918)	9.937.652	(615.845)

a.1) Composição da Carteira de Crédito em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Adiantamentos a Depositantes	1.417	661
Empréstimos	4.882.670	4.324.143
Títulos Descontados	170.113	157.759
Financiamentos	1.716.772	1.152.148
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	24.311	274.438
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	533.239	517.064
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.961.023	2.321.319
Financiamentos Imobiliários (1)	243	241
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.426.050	696.017
Subtotal de Operações de Crédito	10.715.838	9.443.790
Avais e Fianças Honrados	20	65
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.896	15.682
Devedores por Compra de Valores e Bens	2.298	5.929
Títulos e Créditos a Receber	40.526	3.430
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (2)	519.190	468.756
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	571.930	493.862
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.287.768	9.937.652

Notas: (1) Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

(2) Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos e Títulos Descontados	401.746	759.469	597.459
Financiamentos	201.368	403.112	285.422
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	78.944	171.478	153.991
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	113.100	156.964	181.602
Avais Fianças Honrados	1	1	1
Outros Valores	(624)	(1.215)	(3.943)
TOTAL	794.535	1.489.809	1.214.532

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento em R\$ Mil**b.1) Créditos de Curso Normal (1)**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2010	Total em 31.12.2009
Rural	73.685	27.067	6.715	57.326	134.784	1.582.473	1.882.050	2.187.155
Indústria	141.969	268.159	103.491	406.098	462.434	1.123.522	2.505.673	1.747.319
Governo	3.414	3.511	12.021	10.243	29.189	1.199.282	1.257.660	1.156.521

Notas Explicativas

Outros Serviços	118.794	83.232	71.263	335.122	602.217	1.504.797	2.715.425	2.555.085
Comércio	198.069	163.586	149.323	492.674	401.517	373.570	1.778.739	1.194.460
Intermediários Financeiros	28.205	32.696	29.767	82.370	138.419	383.885	695.342	600.014
Habitação	243	-	-	-	-	-	243	241
Pessoas Físicas	4.380	4.310	3.565	11.652	8.782	16.094	48.783	46.336
TOTAL	568.759	582.561	376.145	1.395.485	1.777.342	6.183.623	10.883.915	9.487.131

Nota: (1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.12.2010	Total em 31.12.2009
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	151	113	195	2.737	5.347	23.641	32.184	74.906
Indústria	6.628	1.859	1.278	3.449	4.189	14.810	32.213	73.729
Outros Serviços	1.634	1.640	3.221	19.927	6.006	13.136	45.564	30.894
Comércio	4.787	5.983	6.222	11.135	16.579	32.981	77.687	42.209
Intermediários Financeiros	1	1	1	3	7	3	16	-
Pessoas Físicas	363	275	184	898	845	1.473	4.038	3.490
TOTAL	13.564	9.871	11.101	38.149	32.973	86.044	191.702	225.228

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.12.2010	Total em 31.12.2009
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	179	2.080	939	1.576	15.112	21.742	18.642	60.270	73.390
Indústria	804	1.789	12.963	26.724	19.280	6.043	245	67.848	71.476
Outros Serviços	662	2.236	2.665	2.249	23.253	7.178	346	38.589	31.768
Comércio	1.402	4.979	5.647	4.441	10.442	14.134	757	41.802	44.156
Intermediários Financeiros	1	-	1	-	-	-	-	2	-
Pessoas Físicas	46	423	444	211	708	1.642	166	3.640	4.503
TOTAL	3.094	11.507	22.659	35.201	68.795	50.739	20.156	212.151	225.293

c) Composição das Operações por Níveis de Risco em R\$ Mil

Nível de Risco	31.12.2010				31.12.2009			
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.640.505	-	3.640.505	-	3.346.521	-	3.346.521	-
A	3.847.921	-	3.847.921	19.239	3.224.154	-	3.224.154	16.121
B	2.635.606	38.743	2.674.349	26.743	2.232.913	20.996	2.253.909	22.539
C	262.461	23.563	286.024	8.581	329.704	16.746	346.450	10.394
D	111.266	18.644	129.910	12.991	99.756	61.476	161.232	16.123
E	56.686	36.090	92.776	27.833	26.867	17.079	43.946	13.184
F	34.525	46.511	81.036	40.518	9.584	23.653	33.237	16.618

Notas Explicativas

G	17.621	43.157	60.778	42.544	7.526	16.929	24.455	17.118
H	277.324	197.145	474.469	474.469	210.106	293.642	503.748	503.748
TOTAL	10.883.915	403.853	11.287.768	652.918	9.487.131	450.521	9.937.652	615.845

Nota: (1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Saldo Inicial	615.845	345.790
(+) Constituição de provisão líquida no período	392.528	372.182
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(355.455)	(102.127)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	652.918	615.845
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 9.e)	31.706	32.466
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	684.624	648.311

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	178.946	356.324	330.466
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	56.679	57.357	41.716
(-) Reversões de provisões operacionais	(13.651)	(21.153)	-
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	221.974	392.528	372.182
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	412	8.630	4.834
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	(661)	(1.148)	(424)
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	221.725	400.010	376.592

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 156.964 mil (R\$ 181.602 mil em 31.12.2009) e as renegociações importaram em R\$ 787.810 mil (R\$ 514.613 mil em 31.12.2009).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal em R\$ Mil

Em decorrência da aplicação das Leis Nº 11.322, de 13.07.2006, Nº 11.775, de 17.09.2008 e Nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2010, um efeito positivo no valor de R\$ 89.582 mil (R\$ 98.103 mil em 31.12.2009), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Efetivação de Rendas	54.611	83.010
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	28.998	45.371
Despesas com Deságios	(11.767)	(9.448)
Efeito Líquido de Provisões	17.740	(20.830)
TOTAL	89.582	98.103

NOTA 9 – Outros Créditos em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	20	65
b) Rendas a Receber	25.570	21.134
c) Diversos	1.007.017	902.560
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 20.b)	277.353	212.459

Notas Explicativas

Créditos Tributários – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 6.a.2 e 20.b)	13.873	11.261
Devedores por Depósitos em Garantia	367.471	353.840
Impostos e Contribuições a Compensar	177.148	150.830
Decorrentes de Antecipação - IN SRF Nº 90/92	170.353	142.652
Outros Valores	6.795	8.178
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	40.526	3.430
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.111	1.954
Pagamentos a Ressarcir	8.110	8.375
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do BNDES	8.320	1.361
Recálculo, abatimentos, dispensa e bônus em operações do FAT	27.142	70.913
Outros Valores	58.215	61.389
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(103.690)	(93.156)
Com Característica de Concessão de Crédito	(71.984)	(60.690)
Sem Característica de Concessão de Crédito (Nota 8.d)	(31.706)	(32.466)
TOTAL	928.917	830.603
SALDO DE CURTO PRAZO	858.682	728.566
SALDO DE LONGO PRAZO	70.235	102.037

NOTA 10 – Carteira de Câmbio em R\$ Mil**a) Composição**

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	511.266	435.819
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.883	3.930
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.202)	(1.654)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.896	15.682
Ativo Circulante	521.843	453.777
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	532.891	472.306
Câmbio Vendido a Liquidar	2.855	3.926
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(519.190)	(468.756)
Outros Valores	45	47
Passivo Circulante	16.601	7.523

b) Resultado de Câmbio em R\$ Mil

Especificação	2º	31.12.2010	31.12.2009
Rendas de Câmbio	18.544	74.128	89.236
Despesas de Câmbio	(247)	(967)	(2.458)
TOTAL	18.297	73.161	86.778

NOTA 11 – Permanente em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a) Investimentos	1.429	1.379

Notas Explicativas

a.1) Outros Investimentos	6.732	6.682
Investimentos por Incentivos Fiscais	5.011	5.011
Ações e Cotas	944	943
Bens Artísticos e Valiosos	777	728
a.2) Provisões para Perdas	(5.303)	(5.303)
Investimentos por Incentivos Fiscais	(5.010)	(5.010)
Ações e Cotas	(293)	(293)
b) Imobilizado	188.219	191.962
b.1) Imóveis de Uso	132.615	127.000
Terrenos	6.567	6.267
Edificações	126.048	120.733
b.2) Reavaliações de Imóveis de Uso	111.628	111.628
Terrenos – Reavaliações	10.930	10.930
Edificações – Reavaliações	100.698	100.698
b.3) Outras Imobilizações de Uso	151.302	142.320
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	63.401	59.280
Sistema de Processamento de Dados	56.177	50.969
Sistema de Segurança	9.549	9.679
Sistema de Transporte	16.135	16.482
Outros	6.040	5.910
b.4) Depreciações Acumuladas	(207.326)	(188.986)
Imóveis de Uso	(155.715)	(142.882)
Outras Imobilizações de Uso	(51.611)	(46.104)
c) Diferido	2.407	3.064
c.1) Gastos de Organização e Expansão	6.096	8.059
Gastos em Imóveis de Terceiros	6.055	8.010
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	41	49
c.2) Amortização Acumulada	(3.689)	(4.995)
Gastos em Imóveis de Terceiros	(3.664)	(4.971)
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	(25)	(24)
TOTAL	192.055	196.405

NOTA 12 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto em R\$ Mil**a) Depósitos**

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a.1) Depósitos à Vista	134.119	175.340
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	31.487	39.503
Depósitos de Governos	20.446	38.044
Depósitos Vinculados	39.117	53.483
Pessoas Jurídicas	30.369	34.584
Pessoas Físicas	9.363	7.400
Outros Valores	3.337	2.326
a.2) Depósitos de Poupança	1.288.569	1.381.500
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	740.681	606.679
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	546.832	774.539
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	1.056	282
a.3) Depósitos Interfinanceiros	684.128	384.771
a.4) Depósitos a Prazo	6.387.223	4.384.003

Notas Explicativas

Depósitos a Prazo	5.048.516	3.411.764
Depósitos Judiciais com Remuneração	202.751	56.327
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	370.420	48.479
Proger Urbano	18.200	19.129
Proger Rural	-	3.651
Pronaf	273	182
Protrabalho	3.535	17.973
Infraestrutura	328.476	6.972
Estiagem	155	572
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	19.781	-
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	316.372	346.775
Proger Urbano	60.448	56.857
Proger Rural	-	58
Pronaf	964	1.371
Protrabalho	192.453	218.297
Infraestrutura	50.731	56.413
Estiagem	11.776	13.779
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	447.569	520.404
Outros Valores	1.595	254
a.5) Outros Depósitos – Depósitos para Investimentos	15.542	7.113
TOTAL	8.509.581	6.332.727
SALDO DE CURTO PRAZO	3.772.031	3.197.499
SALDO DE LONGO PRAZO	4.737.550	3.135.228

b) Captação no Mercado Aberto em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Carteira Própria	436.293	350.670
Letras Financeiras do Tesouro	436.293	350.670
Carteira de Terceiros	87.996	95.008
Letras Financeiras do Tesouro	87.996	25.871
Notas do Tesouro Nacional	-	69.137
TOTAL	524.289	445.678
SALDO DE CURTO PRAZO	460.893	445.678

Notas Explicativas

SALDO DE LONGO PRAZO	63.396	-
----------------------	--------	---

c) Despesa de Captação no Mercado em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Despesas de Captações com Depósitos	(311.422)	(543.046)	(336.945)
Depósitos a Prazo	(230.741)	(393.896)	(209.521)
Depósitos de Poupança	(28.803)	(52.176)	(41.105)
Depósitos Judiciais	(3.608)	(5.446)	(3.365)
Depósitos Interfinanceiros	(9.162)	(15.706)	(10.476)
Depósitos Especiais - FAT	(34.987)	(68.306)	(68.020)
Outros Depósitos	(4.121)	(7.516)	(4.458)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(27.726)	(48.096)	(44.215)
Carteira de Terceiros	(4.770)	(8.297)	(9.902)
Carteira Própria	(22.956)	(39.799)	(34.313)
TOTAL	(339.148)	(591.142)	(381.160)

NOTA 13 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento em R\$ Mil:**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2010	Total em 31.12.2009
Empréstimos no País	-	15.219	22.828	22.828	-	-	60.875	70.157
Empréstimos no Exterior	103.487	343.116	-	-	-	-	446.603	630.522
Repasses do País	169.517	119.909	214.091	352.691	494.571	335.997	1.686.776	1.433.524
Repasses do Exterior	10.245	56.563	138.732	142.399	308.394	72.832	729.165	722.393
TOTAL	283.249	534.807	375.651	517.918	802.965	408.829	2.923.419	2.856.596

b) Obrigações por Empréstimos em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2010	31.12.2009
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+ 3 ou 7,75	60.875	70.157
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	446.603	630.522
TOTAL		507.478	700.679
SALDO DE CURTO PRAZO		461.822	644.553
SALDO DE LONGO PRAZO		45.656	56.126

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais em R\$ Mil

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2010	31.12.2009
Tesouro Nacional	IGP-DI+ 2,0 ou 6,75	1.086	1.164
BNDES		933.260	743.796
Programa de Operações Conjuntas - POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	712.269	428.032
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	220.991	315.764
FINAME		52.859	29.330
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	38.276	15.960
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	14.583	13.370
Outras Instituições		699.571	659.234
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	SELIC/TJLP / 6,0	81.699	82.259
MEPF- Fundo de Terras e da Reforma Agrária-Banco da Terra	SELIC/4 a 18,0	126.302	137.604
Banco da Terra-Combate a Pobreza Rural	Tx. Extra Merc./ 2 a 10,0	491.570	439.371
TOTAL		1.686.776	1.433.524
SALDO DE CURTO PRAZO		289.427	313.523
SALDO DE LONGO PRAZO		1.397.349	1.120.001

Notas Explicativas**d) Obrigações por Repasses do Exterior em R\$ Mil**

Especificação	Taxa de atualização % a.a	31.12.2010	31.12.2009
BID-Produtor	USD + 1,27 ou UCBD + 3,19	722.200	714.419
BID-Outros Programas	USD + 1,27	6.456	7.974
Outros Programas	USD + 6,0	509	-
TOTAL		729.165	722.393
SALDO DE CURTO PRAZO		66.808	63.653
SALDO DE LONGO PRAZO		662.357	658.740

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.632)	(5.484)	(6.109)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.632)	(5.484)	(6.109)
Despesas de Obrigações por Repasses	(50.908)	(121.605)	(71.115)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(41.492)	(74.911)	(43.165)
Tesouro Nacional	(54)	(108)	(59)
BNDES	(37.377)	(66.654)	(30.626)
FINAME	(1.631)	(3.268)	(3.019)
CEF	-	-	(2)
Outras Instituições	(2.430)	(4.881)	(9.459)
Despesas de Repasses do Exterior	(9.416)	(46.694)	(27.950)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(3.522)	(23.131)	(10.355)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(178.888)	(323.507)	(374.108)
TOTAL	(235.950)	(473.727)	(461.687)

NOTA 14 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Em novembro de 2010 o Banco emitiu Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional com prazo de vencimento em 5 anos. A emissão foi realizada com um cupom de 3,625 % ao ano. O pagamento dos juros das notas é semestral. As notas não possuem amortização, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação, conforme quadro abaixo em R\$/US\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido U\$ Mil	Remuneração Nominal	Data de Captação	Vencimento	31.12.2010 R\$ Mil	31.12.2009 R\$ Mil
Eurobond – Senior Unsecured Notes	300.000	3,625% a.a	09.11.2010	09.11.2015	485.487	-

As operações de swap realizadas com intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso estão ajustadas ao valor de mercado, conforme quadro a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Valor Contratual	Ajuste a Mercado	Provisão para Imposto de Renda	Valor de Mercado em 31.12.2010	Valor de Mercado em 31.12.2009
---------------	------------------	------------	------------------	------------------	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Notas Explicativas

Eurobond – Senior Unsecured Notes	09.11.2010	09.11.2015	502.477	(17.364)	374	485.487	-
--------------------------------------	------------	------------	---------	----------	-----	---------	---

NOTA 15 – Outras Obrigações em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.604	3.269
Recursos do Proagro	148	92
IOF a Recolher	5.389	3.093
Outros Tributos e Assemelhados	67	84
b) Sociais e Estatutárias	130.687	238.115
Dividendos e Bonificações a Pagar	96.519	205.091
Participações nos Lucros	34.168	33.024
c) Fiscais e Previdenciárias	493.132	464.557
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 21)	101.525	95.167
Impostos e Contribuições	74.847	71.343
Causas Fiscais	26.678	23.824
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	58.716	103.062
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6.a.2)	47.294	90.015
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 18.b)	11.422	13.047
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 20.a)	284.294	226.928
Imposto de Renda	173.703	139.939
Contribuição Social	110.591	86.989
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	48.597	39.400
d) Negociação e Intermediação de Valores	7	-
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.746.175	3.639.762
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	3.656.262	3.553.326
Outros Valores	89.913	86.436
f) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 17)	1.101.848	622.064
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16)	1.004.166	-
h) Diversas	2.576.876	2.421.737
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 21.d)	1.436.231	1.202.944
Causas Trabalhistas	161.863	150.741
Causas Cíveis	92.970	95.338
Outras Causas	65	567
FNE	1.177.757	956.261
Repasse	372	-
Risco Integral	84.960	-
Risco Compartilhado	1.092.425	956.261
FDNE	277	37
PROAGRO	3.299	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.053.884	1.123.974
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	925.375	1.023.192
Plano de Aposentadoria e Pensão – CVM Nº 600 (Nota 24.g)	490.630	765.942
Plano de Assistência Médica – CVM Nº 600 (Nota 24.g)	434.745	257.250
Despesa de Pessoal	94.143	68.016
Outros Valores	34.366	32.766
Outros Valores	86.761	94.819
TOTAL	9.058.495	7.389.504
SALDO DE CURTO PRAZO	3.361.750	3.408.581
SALDO DE LONGO PRAZO	5.696.745	3.980.923

NOTA 16 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado; o referido contrato não possui data de vencimento. O Banco solicitou ao Banco Central o enquadramento da operação como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR), na forma da Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007, e aguarda a aprovação desse pleito. Seguem informações sobre a operação, em R\$ Mil:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2010	31.12.2009
---------------	---------------	-------------	------------------	------------	------------

Notas Explicativas

Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.004.166	-
---	-----------	-------------------	------------	-----------	---

NOTA 17 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Segue a composição em R\$ Mil:

Especificações	31.12.2010	31.12.2009
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.101.848	622.064
Recursos disponíveis (1)	319.417	593.096
Recursos aplicados (2)	782.431	28.968
TOTAL	1.101.848	622.064

Notas: (1) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

(2) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 18 – Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2010, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 198.000 mil, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 1.652.000 mil para R\$ 1.850.000 mil. Em 07.12.2010 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovado novo aumento de capital social no valor de R\$ 1.000 mil, decorrente da incorporação de Reserva de Capital no valor de R\$ 502 mil e de Reserva Estatutária no valor de R\$ 498 mil, sem emissão de novas ações. Assim o Capital Social passou de R\$ 1.850.000 mil para R\$ 1.851.000 mil representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Composição em 31.12.2010					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	15.000	387.995	402.995	0,03	0,47
Outros (9.623 acionistas)	400.792	382.677	783.469	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2009					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	22.785	403.495	426.280	0,05	0,49
Outros (9.312 acionistas)	393.007	367.177	760.184	0,81	0,88
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 28.064 mil (R\$ 30.501 mil em 31.12.2009) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante

Notas Explicativas

Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.437 mil (R\$ 2.437 mil em 31.12.2009) e compõe a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2010, representam, respectivamente, R\$ 41,50 e R\$ 58,45 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores em R\$ Mil

Os ajustes de Lucros ou Prejuízos Acumulados referem-se à mudança de política contábil referente a benefícios a empregados aprovada por meio da Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009 que revogou a Deliberação CVM Nº. 371, de 13.12.2000. Os efeitos tributários foram devidamente apurados na forma das disposições do artigo 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto Nº 3.000, de 26.03.1999) (Nota 24.h).

Especificação	CAPEF – PLANO BD		CAMED – Plano Natural		TOTAL
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	
Passivo de transição e Ajuste pela adoção inicial da Deliberação CVM Nº. 600	(161.974)	471.190	(61.785)	(138.208)	109.223
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido	64.790	(188.476)	24.714	55.283	(43.689)
Ajuste Líquido dos efeitos tributários	(97.184)	282.714	(37.071)	(82.925)	65.534

e) Lucro Líquido – Destinações em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
1. Lucro Líquido	313.590	459.012
2. Ajuste de Exercícios Anteriores	65.534	-
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.437	2.437
4. Lucro Líquido Ajustado	381.561	461.449
Reserva Legal (item 1 vezes 5%)	15.680	22.950
Dividendos (Nota 18.f)	85.511	130.446
Juros sobre o Capital Próprio - JCP (Nota 18.f)	121.000	110.000
Reserva Estatutária (item 4 – Reserva Legal – Dividendos – JCP)	159.370	198.053

f) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 50,3539% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Segue a demonstração dos cálculos dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2010 em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
1. Lucro Líquido do Exercício	313.590	459.012
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	65.534	-
3. Reserva Legal Constituída	(15.680)	(22.950)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.437	2.437
5. Participações nos Lucros e Resultados	44.238	41.686
6. Base de Cálculo do Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio	410.119	480.185
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	121.000	110.000
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(144)	(226)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	120.856	109.774
10. JCP antecipado corrigido pela taxa SELIC	(110.201)	(35.393)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	10.799	74.607
12. Dividendos propostos no exercício	85.511	130.446
13. Total destinado aos acionistas (item 11 + item 12)	96.310	205.053

Notas Explicativas

- JCP de R\$ 0,1188772382 por ação ordinária (em 31.12.2009: JCP de R\$ 0,821275802532 por ação ordinária)	5.763	39.813
- JCP de R\$ 0,1307649615 por ação preferencial (em 31.12.2009: JCP de R\$ 0,903403382611 por ação preferencial)	5.036	34.794
- Dividendos de R\$ 0,94130871072 por ação ordinária (em 31.12.2009: Dividendos de R\$ 1,435941522571 por ação ordinária)	45.631	69.610
-Dividendos de R\$ 1,0354395819 por ação preferencial (em 31.12.2009: Dividendos de R\$ 1,579535674974 por ação preferencial)	39.880	60.836
14. Total destinado aos acionistas no Exercício (item 7 + item 12)	206.511	240.446

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei Nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei Nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 48.125 mil.

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais em R\$ Mil

Especificação	2º Sem/2010	31.12.2010	31.12.2009
a) Receitas de Prestação de Serviços	639.577	1.233.992	1.106.886
Administração de Fundos de Investimentos	6.863	12.630	9.726
Administração de Fundos e Programas	468.074	923.079	824.874
Prestação de Serviços	164.640	298.283	272.286
b) Rendas de Tarifas Bancárias	6.629	12.768	12.205
c) Despesas de Pessoal	(560.764)	(1.019.740)	(890.476)
Proventos	(298.444)	(532.497)	(451.432)
Encargos Sociais	(117.555)	(201.148)	(155.843)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600 (Nota 24) (*)	(25.898)	(89.625)	(131.985)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600 (Nota 24) (*)	(73.798)	(111.663)	(74.008)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(45.069)	(84.807)	(77.208)
d) Outras Despesas Administrativas	(355.089)	(659.632)	(551.813)
Processamento de Dados	(59.728)	(123.984)	(106.490)
Propaganda e Publicidade	(14.167)	(33.924)	(32.470)
Serviços de Terceiros	(105.026)	(178.752)	(128.879)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(22.426)	(43.976)	(44.050)
Viagens	(7.861)	(14.775)	(14.867)
Comunicações	(17.083)	(31.844)	(30.531)
Depreciação e Amortização	(12.835)	(25.551)	(25.511)
Manutenção e Conservação de Bens	(14.039)	(28.622)	(27.004)
Vigilância, Segurança e Transporte	(14.027)	(26.525)	(23.819)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(11.177)	(20.916)	(15.540)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.984)	(17.082)	(14.746)
Serviços Técnicos Especializados	(13.753)	(24.213)	(21.066)
Seguros	(1.949)	(3.813)	(2.983)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(26.070)	(36.991)	(12.080)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(499)	(956)	(778)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(1.742)	(3.353)	(2.840)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(8.100)	(16.200)	(17.000)
Outros Valores	(15.623)	(28.155)	(31.159)
e) Despesas Tributárias	(92.670)	(173.182)	(144.214)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(81.747)	(155.145)	(130.158)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(8.653)	(15.416)	(13.020)
Outros Valores	(2.270)	(2.621)	(1.036)
f) Outras Receitas Operacionais	527.562	927.571	1.159.159

Notas Explicativas

"Del credere" de Fundos Administrados	366.705	691.906	554.751
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	86.932	99.578	363.393
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	847	847	-
Recuperação de Encargos e Despesas	2.052	8.703	13.001
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	131	14.789
Reversão de Provisões Operacionais	4.441	8.229	123.028
Juros e Comissões	1.598	2.868	4.775
Correção Monetária	1.562	4.420	3.981
Atualização Monetária de Tributos	98	181	12.038
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	39.798	56.614	48.166
Outros Valores	23.529	54.094	21.237
g) Outras Despesas Operacionais	(396.368)	(757.896)	(818.404)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(335)	(964)	(359)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(76.785)	(107.697)	(379.172)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(157)	(160)	(15.112)
Descontos Concedidos em Renegociações	(25.389)	(47.348)	(6.818)
Encargos de Operações de Crédito	(8.637)	(18.175)	(13.027)
Riscos Fiscais	(5.439)	(6.835)	(14.537)
Riscos com Operações do FNE	(169.969)	(406.384)	(282.231)
Riscos com Operações do FDNE	(131)	(240)	-
Causas Trabalhistas	(33.883)	(40.428)	(16.227)
Causas Cíveis	(5.583)	(18.465)	(24.621)
Outras Causas	-	(10)	(56)
Demais Provisões Operacionais	-	-	(4.451)
Outros Valores	(70.060)	(111.190)	(61.793)
TOTAL	(231.123)	(436.119)	(126.657)

(*) As despesas com Plano de Aposentadoria e Pensão e de Assistência Médica referentes ao exercício findo em 31.12.2009, atendem ao disposto na Deliberação CVM Nº 371, de 13.12.2000.

NOTA 20 – Impostos e Contribuições**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no exercício de 2010 foi de R\$ 104.823 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 69.263 mil, estando sua conciliação a seguir demonstrada em R\$ Mil:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Resultado Antes da Tributação menos Juros sobre o Capital Próprio e Participações Estatutárias nos Lucros	366.676	509.499	366.676	509.499
Adições/Exclusões Permanentes	108.644	19.800	108.501	19.825
Adições/Exclusões Temporárias	280.319	299.140	280.319	299.140
Resultado Tributável antes das Compensações	755.639	828.439	755.496	828.464
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(19.350)	(248.532)	(20.354)	(248.539)
Resultado Tributável após Compensações	736.289	579.907	735.142	579.925
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(156.260)	(143.938)	(93.598)	(86.380)
Deduções (Incentivos Fiscais)	10.879	5.014	-	-
Despesas de Provisão para Impostos e Contribuição Social	(145.381)	(138.924)	(93.598)	(86.380)

Notas Explicativas

Ativo Fiscal Diferido	40.558	40.511	24.335	24.306
Total de Despesas Correntes	(104.823)	(98.413)	(69.263)	(62.074)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	28,59%	19,32%	18,89%	12,18%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	145.381	138.924	93.598	86.380
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	1.015	1.015	609	609
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	27.307	-	16.384	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	173.703	139.939	110.591	86.989
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(117.146)	(100.069)	(54.100)	(44.986)
Valor do Ajuste no Período	56.557	39.870	56.491	42.003

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular BACEN Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente.

De acordo com a Carta-Circular BACEN Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada, em R\$ Mil:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2009	132.778	7.038	79.681	4.223	212.459	11.261
(+) Constituição de Créditos	102.427	786.913	61.472	472.147	163.899	1.259.060
(-) Realização de Créditos	(61.869)	(785.280)	(37.136)	(471.168)	(99.005)	(1.256.448)
Saldo Final em 31.12.2010	173.336	8.671	104.017	5.202	277.353	13.873

O saldo dos créditos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Total das Diferenças Temporárias	3.000.354	2.728.935	3.000.354	2.728.935
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	188.374	-	190.044
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.000.354	2.917.309	3.000.354	2.918.979
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	750.089	729.327	450.053	437.847
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	8.671	7.038	5.202	4.223
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	758.760	736.365	455.255	442.070
7. Créditos Tributários Ativados	173.336	132.778	104.017	79.681
8. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	8.671	7.038	5.202	4.223
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	182.007	139.816	109.219	83.904
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9)	576.753	596.549	346.036	358.166

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2010 estão a seguir demonstrados, em R\$ Mil:

Notas Explicativas

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2011	54.626	48.717	32.777	29.230	87.402	77.947
2012	21.646	17.324	12.987	10.394	34.633	27.718
2013	18.198	13.176	10.919	7.906	29.117	21.082
2014	23.763	15.620	14.258	9.372	38.021	24.992
2015	55.103	33.002	33.076	19.810	88.179	52.812
TOTAL	173.336	127.839	104.017	76.712	277.352	204.551

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo, em R\$ Mil:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2010	7.180	7.180	4.308	4.308	11.488	11.488
2011	1	1	1	1	2	2
2012	4	4	2	2	6	6
2013	-	-	-	-	-	-
2014	172	172	103	103	275	275
2015 a 2017	529	529	317	317	846	846
2027 a 2029	785	785	471	471	1.256	1.256
TOTAL	8.671	8.671	5.202	5.202	13.873	13.873

NOTA 21 – Provisões e Contingências Passivas

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução N.º 3.823, de 16.12.2009, do CMN e Carta-Circular BACEN N.º 3.429, de 11.02.2010.

b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Essa classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados de Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN N.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 31.12.2010 e 31.12.2009, a seguir demonstrado, em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
---------------	------------	------------

Notas Explicativas

	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 15.c)						
1.1Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	74.847	74.847	01	71.343	71.343	01
1.2 Causas Fiscais	554.803	26.678	179	425.965	23.824	160
1.2.1 Obrigação Legal	551	551	07	-	-	-
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	554.252	26.127	172	425.965	23.824	160
Provável	26.127	26.127	-	23.824	23.824	-
Possível	363.126	-	-	239.696	-	-
Remota	164.999	-	-	162.445	-	-
2 .PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 15.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	226.032	161.863	802	203.029	150.741	890
Provável	161.863	161.863	-	150.741	150.741	-
Possível	25.716	-	-	20.670	-	-
Remota	38.453	-	-	31.618	-	-
2.2 Causas Cíveis	1.834.025	92.970	4.590	895.909	95.338	4.271
Provável	92.970	92.970	-	95.338	95.338	-
Possível	350.839	-	-	233.178	-	-
Remota (*)	1.390.216	-	-	567.393	-	-
2.3 Outras Causas	3.947	65	65	15.959	567	133
Provável	65	65	-	567	567	-
Possível	1.770	-	-	8.319	-	-
Remota	2.112	-	-	7.073	-	-

(*) A variação do volume de causas cíveis classificadas com risco remoto decorreu, principalmente, em função do enquadramento como contingências passivas dos seguintes processos: a) Pagamento de contribuição extra, referente a benefícios de previdência complementar - R\$ 488.483 mil; b) Indenização por danos morais e pagamento de multa - R\$ 105.504 mil; e c) Indenização por danos materiais e morais - R\$ 59.843 mil.

e) Demonstramos a seguir a movimentação das seguintes provisões em R\$ Mil

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
a) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	71.343	65.217
Constituição	4.149	6.286

Notas Explicativas

Reversão/Utilização/Baixa	(645)	(160)
Saldo Final	74.847	71.343
b) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	-	-
Constituição	551	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	551	-
c) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	23.824	15.560
Constituição	2.987	8.264
Reversão/Utilização/Baixa	(684)	-
Saldo Final	26.127	23.824
d) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	150.741	176.657
Constituição	44.785	20.540
Reversão/Utilização/Baixa	(33.663)	(46.456)
Saldo Final	161.863	150.741
e) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	95.338	77.859
Constituição	38.025	26.732
Reversão/Utilização/Baixa	(40.393)	(9.253)
Saldo Final	92.970	95.338
f) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	567	529
Constituição	12	57
Reversão/Utilização/Baixa	(514)	(19)
Saldo Final	65	567
g) Férias		
Saldo Inicial	39.346	33.592
Constituição	67.870	46.984
Reversão/Utilização/Baixa	(54.398)	(41.230)
Saldo Final	52.818	39.346

Notas Explicativas

h) FNE (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	956.261	817.003
Constituição	409.232	282.214
Reversão/Utilização/Baixa	(187.736)	(142.956)
Saldo Final (Nota 25.c.3)	1.177.757	956.261
i) FDNE (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	37	-
Constituição	240	37
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final	277	37

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma da alínea “b”, retromencionada.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular BACEN Nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h)A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:

- Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 31.12.2010, perfazem respectivamente, R\$ 131.730 mil e R\$ 85.032 mil. Na posição de 31.12.2009, representavam, respectivamente, R\$ 120.463 mil e R\$ 74.676 mil, ambas com nível de risco possível.
- Ação na esfera cível que visa Indenização por Danos Morais e Materiais sob a alegação de que a litigante teve sua falência decretada. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2010, R\$ 69.849 mil. Na posição de 31.12.2009, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 100 mil com nível de risco remoto.
- Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2010, R\$ 27.147 mil. Na posição de 31.12.2009, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 22.723 mil com nível de risco possível.
- Ação na esfera cível que visa Indenização por Danos Morais, Materiais e Repetição de Indébito sob a alegação do não cumprimento das responsabilidades pactuadas em Acordo firmado. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2010, R\$ 18.921 mil. Na posição de 31.12.2009, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 15.838 mil com nível de risco possível.
- Ação na esfera cível que visa Repetição de Indébito sob a alegação de prejuízos sofridos em projeto de confecções celebrado. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2010, R\$ 17.612 mil. Na posição de 31.12.2009, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 8.622 mil com nível de risco possível.
- Ação na esfera cível que visa Indenização por Danos Materiais sob a alegação do não financiamento dos valores pleiteados. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2010, R\$ 13.967 mil. Na posição de 31.12.2009, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 20 mil com nível de risco remoto.

NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	24.275,20	26.734,89
Mínima	887,65	23.520,81
Média	6.274,54	-

Notas: (1) Inclui remuneração de horas-extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Notas Explicativas

(2) Valores aprovados pela 57ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 84ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 30.03.2010.

Em 31.12.2010, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 5.993 (5.895 em 31.12.2009), registrando-se, no período, um acréscimo de 1,66% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 23 – Participação nos Lucros e Resultados - PLR

No Exercício foi provisionado o valor de R\$ 44.238 mil, referente à participação dos empregados e administradores nos lucros, sendo R\$ 43.940 mil referente à participação dos empregados, equivalente a 21,28% dos dividendos e juros sobre o capital próprio e 14,00% do lucro líquido do Exercício, o qual está assim composto:

- 9% consoante Resolução Nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) e Ofício Nº. 549/2010/SE-MF, de 14.06.2010, do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- 2% a serem distribuídos linearmente entre os funcionários, com teto individual de R\$ 2.400,00, conforme condições estabelecidas na convenção coletiva de trabalho de 2010, firmada entre a CONTRAF e a FENABAN;

- 3% referente à parcela extra de PLR, estabelecida pelo atingimento de metas sociais, conforme Ofício BNB/GAPRE/1921, de 18.11.2010, encaminhado ao Ministério da Fazenda.

NOTA 24– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa. A política anteriormente adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o disposto nos itens 52 a 55 do Anexo da Deliberação CVM Nº 371, ou seja, reconhecia a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que excedia o maior valor entre: 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido e 10% do valor justo dos ativos do plano. Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM Nº. 600, a partir de 01.01.2009, foram reconhecidos integralmente nas demonstrações encerradas em 31.12.2010, conforme detalhados na alínea “h” da presente Nota Explicativa.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD), que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, e o plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC Nº 189, de 25.03.2010, que iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Notas Explicativas

Não existem, em 31.12.2010, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2010, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2009, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de dezembro/2010, apresenta-se superavitário em R\$ 6.311 mil (superávit de R\$ 12.850 mil em 31.12.2009) em decorrência do impacto positivo de investimentos, no valor de R\$ 375.455 mil, e, de dispêndios no importe de R\$ 381.994 mil, referentes ao aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e despesas administrativas, assim como variações nas contingências e no fundo previdencial. Merece destaque a variação nas obrigações do plano de benefícios no valor de R\$ 123.088 mil, em face da revisão em seu plano de custeio, que implicou na redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos de 23% para 21,25%, a partir de 01.01.2011.

A situação atuarial do plano CV I, na posição de 31.12.2010, é equilibrada, visto que todas as obrigações atuariais existentes, que totalizam R\$ 17.537 mil, possuem características de contribuição definida.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2010, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que dêem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela co-participação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

d) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela PROBUS Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela CAPEF, pela CAMED e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM Nº 600, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	2.738.730	2.240.718	-	-	469.032	366.769
2. Custo do Serviço Corrente	17.359	16.956	18.024	-	39.443	28.054
3. Custo dos Juros	309.271	283.473	-	-	52.965	46.400
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(239.416)	(242.145)	-	-	(52.924)	(44.232)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	52.425	54.815	-	-	10.201	7.570
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.786)	(7.786)	(788)	-	(13.633)	(7.947)
8. Alterações Cambiais e/ou Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	-
9. Reduções e/ou Liquidações	-	-	-	-	-	-
10. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	238.465	392.699	(742)	-	(12.168)	72.418
11. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	3.109.048	2.738.730	16.494	-	492.916	469.032

Notas: (1) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(2) Número de equilíbrio.

e) Análise da obrigação atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM Nº 600, na posição de 31.12.2010, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela CAPEF e CAMED, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

Notas Explicativas

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.109.048 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 2.618.418 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 490.630 mil;
- ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 16.494 mil encontra-se integralmente fundado por ativos do plano no mesmo montante de R\$ 16.494 mil, não havendo obrigações atuariais a descoberto para esse plano.
- b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 492.916 mil encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 58.171 mil, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 434.745 mil.

f) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	2.255.509	1.967.903	-	-	11.789	23.617
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	296.148	313.290	-	-	1.535	2.489
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	3.477	3.437	9.049	-	20.158	10.773
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	55.871	58.238	8.975	-	139.250	26.189
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(239.416)	(242.144)	-	-	(52.924)	(44.232)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	52.425	54.815	-	-	10.201	7.570
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(7.786)	(7.786)	(788)	-	(13.633)	(7.947)
8. Alterações Cambiais e/ou Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-	-	-	-
10. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	202.189	107.755	(742)	-	(58.205)	(6.670)
11. Valor justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	2.618.418	2.255.509	16.494	-	58.171	11.789

Notas: (1) Contribuições relativas a participantes ativos e assistidos e co-participações pagas pelo empregador;

(2) Líquidos das co-participações pagas pelos associados;

(3) Número de Equilíbrio.

g) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.109.048	2.738.730	16.494	-	492.916	469.032
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.618.418)	(2.255.509)	(16.494)	-	(58.171)	(11.789)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	490.630	483.221	-	-	434.745	457.243
4. Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	-	-	-	-	-	-
5. Custo do Serviço Passado não Reconhecido	-	(26.495)	-	-	-	-
6. Montante não Reconhecido como Ativo por causa do Limite do Item 58(b) do Anexo da Deliberação CVM	-	-	-	-	-	-
7. Valor Justo de Direito de Reembolso Reconhecido como Ativo	-	-	-	-	-	-
8. Demais Montantes Reconhecidos no Balanço Patrimonial	-	-	-	-	-	-
9. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	490.630	456.726	-	-	434.745	457.243

h) Passivo de transição e ajustes na adoção inicial da Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009

Considerando a adoção inicial, a partir de 01.01.2009, do Pronunciamento CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM Nº 600, necessária se fez a determinação do passivo de transição, referente a 31.12.2008, tanto para o Plano BD da CAPEF quanto para o

Notas Explicativas

Plano Natural da CAMED. Tal passivo de transição representa o valor da obrigação atuarial com base na nova política contábil em consonância à nova Deliberação da CVM, determinado segundo o seu item 154, o qual está a seguir demonstrado, em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2008	
	CAPEF-Plano BD	CAMED-Plano Natural
1. Valor presente da obrigação atuarial	2.240.717	366.769
2. Valor justo dos ativos do plano	(1.967.903)	(23.617)
3. Valor atual das Obrigações Descobertas (item 1-item 2)	272.814	343.152
4. Custo do serviço passado não reconhecido	(52.991)	-
5. Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-
6. Passivo de transição em 31.12.2008 (item 3 – item 4)	219.823	343.152

Considerando, também, que já estavam reconhecidas, no Balanço Patrimonial, as obrigações atuariais para com os dois planos de benefícios, obedecendo aos ditames da Deliberação CVM Nº. 371, o recálculo das obrigações exigiu ajustes em tais passivos, tanto no valor já reconhecido no Balanço Patrimonial de 31.12.2008, quanto no de 31.12.2009, conforme demonstrado a seguir, em R\$ Mil:

Especificação	CAPEF Plano BD	CAMED Plano Natural	TOTAL
1. Passivo reconhecido em 31.12.2008, determinado segundo a Deliberação CVM Nº 371	691.013	204.944	895.957
2. Passivo de Transição em 31.12.2008, determinado segundo a Deliberação CVM Nº 600	219.823	343.152	562.975
3. (Aumento)/Redução no Passivo em 31.12.2008 – Ajuste Relativo ao Exercício de 2008 (item 1 – item 2)	471.190	(138.208)	332.982
4. Passivo Reconhecido em 31.12.2009, determinado segundo a Deliberação CVM Nº 371	765.942	257.250	1.023.192
5. Passivo Reconhecido em 31.12.2009, determinado segundo a Deliberação CVM Nº 600	456.726	457.243	913.969
6. (Aumento)/Redução no Passivo em 31.12.2009 – Ajuste Relativo ao Exercício de 2009 (item 4 – item 5)	309.216	(199.993)	109.223
7. Ajuste Relativo aos Exercícios de 2008 e 2009 (item 6 – item 3)	(161.974)	(61.785)	(223.759)

Com relação aos ajustes relativos ao exercício de 2008, observa-se que:

- i. No caso da CAPEF – Plano BD, o passivo de transição totalizou R\$ 219.823 mil, que, quando confrontado com a obrigação já reconhecida, até 31.12.2008, determinada com base na Deliberação CVM Nº. 371, no valor de R\$ 691.013 mil, representou uma redução da ordem de R\$ 471.190 mil na obrigação, relativa ao exercício de 2008. Essa variação, líquida do efeito tributário (Nota 18.d), foi reconhecida imediatamente no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2010, em conformidade com o item 155 da Deliberação CVM Nº 600 e Pronunciamento CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM Nº 592, de 15.09.2009, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, por se tratar de mudança de política contábil.
- ii. No caso da CAMED - Plano Natural, o passivo de transição totalizou R\$ 343.152 mil, que, quando confrontado com a obrigação já reconhecida, até 31.12.2008, determinada com base na Deliberação CVM Nº. 371, no valor de R\$ 204.944 mil, representou um aumento de R\$ 138.208 mil na obrigação, relativo ao exercício de 2008. Essa variação, líquida do efeito tributário (Nota 18.d), foi reconhecida imediatamente, no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2010, de acordo com o item 155 da

Notas Explicativas

Deliberação CVM Nº 600 e Pronunciamento CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM Nº 592, de 15.09.2009, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, por se tratar de mudança de política contábil.

Com relação aos ajustes relativos ao exercício de 2009, observa-se que:

- i. No caso da CAPEF – Plano BD, o passivo a ser reconhecido em 31.12.2009 totalizou R\$ 456.726 mil, que, quando confrontado com a obrigação já reconhecida, até 31.12.2009, determinada com base na Deliberação CVM Nº. 371, no valor de R\$ 765.942 mil, representou uma redução da ordem de R\$ 309.216 mil na obrigação, relativa ao exercício de 2009. Considerando que a redução da obrigação referente ao exercício de 2008 foi de R\$ 471.190 mil, a variação relativa ao exercício de 2009 foi um aumento da obrigação em R\$ 161.974 mil. Essa variação, líquida do efeito tributário (Nota 18.d), foi reconhecida imediatamente no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2010, em conformidade com o item 155 da Deliberação CVM Nº 600 e Pronunciamento CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM Nº 592, de 15.09.2009, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, por se tratar de mudança de política contábil.
- ii. No caso da CAMED – Plano Natural, o passivo a ser reconhecido em 31.12.2009 totalizou R\$ 457.243 mil, que, quando confrontado com a obrigação já reconhecida, até 31.12.2009, determinada com base na Deliberação CVM Nº. 371, no valor de R\$ 257.250 mil, representou um aumento de R\$ 199.993 mil na obrigação, relativo ao exercício de 2009. Considerando que o aumento da obrigação referente ao exercício de 2008 foi de R\$ 138.208 mil, a variação relativa ao exercício de 2009 foi um aumento da obrigação em R\$ 61.785 mil. Essa variação, líquida do efeito tributário (Nota 18.d), foi reconhecida imediatamente, no Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2010, de acordo com o item 155 da Deliberação CVM Nº 600 e Pronunciamento CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM Nº 592, de 15.09.2009, em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, por se tratar de mudança de política contábil.

O Plano de Contribuição Variável – CV I iniciou suas operações em 19.05.2010, não existindo, portanto, passivo de transição.

i) A Despesa Reconhecida nas Demonstrações do Resultado, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Custo do Serviço Corrente	17.359	16.956	18.024	-	39.443	28.054
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.477)	(3.437)	(9.049)	-	(20.158)	(10.773)
3. Custo dos Juros	309.271	283.473	-	-	52.965	46.400
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(296.148)	(313.290)	-	-	(1.535)	(2.489)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecido no Ano	36.276	284.944	-	-	46.037	79.088
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Ano	26.495	26.495	-	-	-	-
7. Efeito de Reduções/Liquidações	-	-	-	-	-	-
8. Despesa Reconhecida no Resultado	89.776	295.141	8.975	-	116.752	140.280

Nota: (1) Contribuições recebidas de participantes ativos

j) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano, representa do valor justo do total dos ativos do plano

Especificação	CAPEF			CAMED	
	Plano BD		Plano CV I	Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2009
Renda Fixa	82,92%	84,59%	98,66%	22,67%	4,64%
Renda Variável	5,79%	5,48%	0,00%	45,91%	7,54%
Investimentos Imobiliários	5,36%	5,33%	0,00%	2,19%	5,07%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,47%
Outros	5,93%	4,59%	1,34%	29,23%	72,28%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano					
Em instrumentos financeiros no Banco	1,28%	1,69%	0,00%	68,58%	4,64%

Notas Explicativas

Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,68%	0,75%	0,00%	0,00%	0,00%
---	-------	-------	-------	-------	-------

k) Retorno real dos ativos dos planos em R\$ Mil

Especificação	CAPEF				CAMED	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	296.148	313.290	-	-	1.535	2.489
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	202.189	107.755	(742)	-	(58.205)	(6.670)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	498.337	421.045	(742)	-	(56.670)	(4.181)

l) Valor presente da obrigação, valor justo dos ativos e superávit (déficit) no exercício corrente e nos últimos quatro exercícios, em R\$ Mil

Especificação	CAPEF					
	Plano BD					Plano CV I
	Deliberação CVM 600			Deliberação CVM 371		Del. CVM 600
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.109.048)	(2.738.730)	(2.240.717)	(2.495.576)	(2.400.309)	(16.494)
2. Ativos do Plano	2.618.418	2.255.509	1.967.903	1.878.756	1.663.253	16.494
3. Superávit (déficit)	(490.630)	(483.221)	(272.814)	(616.820)	(737.056)	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano						
a. Montante	(238.465)	(392.699)	-	31.504	13.516	742
b. Percentual	7,67%	14,34%	-	(1,26%)	(0,56%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre Ativos do Plano						
a. Montante	202.189	107.755	-	123.545	20.867	(742)
b. Percentual	7,72%	4,78%	-	6,58%	1,26%	(4,50%)

Nota: Para os anos de 2006 e 2007 os valores informados foram calculados de acordo com as disposições da Deliberação CVM Nº 371.

Especificação	CAMED				
	Plano Natural				
	Delib. CMV 600			Delib. CVM 371	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
1. Obrigação de Benefício Definido	(492.916)	(469.032)	(366.769)	(351.221)	(322.212)
2. Ativos do Plano	58.171	11.789	23.617	16.677	12.968
3. Superávit (déficit)	(434.745)	(457.243)	(343.152)	(334.544)	(309.244)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano					
a. Montante	12.168	(72.418)	-	(1.220)	(10.159)
b. Percentual	(2,47%)	15,44%	-	0,35%	3,15%
5 Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano					
a. Montante	(58.205)	(6.670)	-	(3.239)	(1.500)
b. Percentual	(100,06%)	(56,58%)	-	(19,42%)	11,57%

Nota: Para os anos de 2006 e 2007 os valores informados foram calculados de acordo com as disposições da Deliberação CVM Nº 371.

m) Estimativa de contribuições**m.1) Dados de Entrada**

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	10,67%	10,14%	10,67%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	14,33%	14,16%	9,81%
3. Folha salarial de participação projetada ⁽¹⁾	50.353	214.867	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.794	37.507	38.242
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	3.377	19.048	19.672
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	2.618.418	16.494	58.171
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.109.048	16.494	492.916

Nota: (1) Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

m.2) Estimativa do Custo Esperado, em R\$ Mil

Notas Explicativas

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
	2011	2011	2011
1. Custo do Serviço Corrente	19.794	37.507	38.242
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(3.377)	(19.048)	(19.672)
3. Custo dos Juros	331.595	1.673	52.572
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(375.219)	(2.335)	(5.707)
5. Retorno Esperado de Direito de Reembolso Reconhecido como Ativo (item 104 a do Anexo da Deliberação CVM Nº 600)	-	-	-
6. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecido no Ano	36.276	-	46.037
7. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Ano	-	-	-
8. Efeito de Reduções/Liquidações	-	-	-
9. Efeito do limite do item 58 (b) do Anexo da Deliberação CVM Nº 600	-	-	-
10. Estimativa da Despesa a Ser Reconhecida no Resultado do ano	9.069	17.797	111.472

Nota: (1) Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

n) Premissas utilizadas**n.1) Premissas Biométricas:**

Especificação	Planos BD (CAPEF) e Plano Natural (CAMED)	Plano CV I (CAPEF)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos:	AT2000 Homens	AT2000 Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾	Experiência do IAPC – Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez:	Experiência da CAPEF – Fraca ⁽²⁾	-
Tábua de Rotatividade:	Nenhuma	-

Notas: (1) A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

(2) A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

n.2) Premissas Econômicas:

Especificação	CAPEF		CAMED
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,9% a.a.	5,4% a.a.	5,9% a.a.
Taxa de inflação futura	4,5% a.a.	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	14,33% a.a.	14,16% a.a.	9,81% a.a.
Índice de aumento salarial real estimado	1,0% a.a.	1,0% a.a.	1,0% a.a.
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	3,3% a.a.

n.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

Notas Explicativas

n.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, para cálculo do custo do serviço passado.

o) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos, em R\$ Mil

Efeito da mudança de um ponto percentual na taxa de evolução de custos médicos	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	10.331	(8.427)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	70.356	(58.409)

p) Comentários adicionais

p.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no exercício, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;

p.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no exercício, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “b” desta nota;

p.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600; e

p.4) Não existem passivos contingentes relacionados às obrigações de benefícios pós-emprego no Banco do Nordeste.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 33.326.631 mil (R\$ 29.454.928 mil em 31.12.2009) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 3.653.134 mil (R\$ 3.550.828 mil em 31.12.2009), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extra-mercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 315.708 mil (R\$ 370.855 mil em 31.12.2009).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte em R\$ Mil:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2010	Provisão em 31.12.2009
AA	3.230.893	-	-
A	10.020.011	25.186	21.158
B	7.138.394	35.642	27.616
C	616.726	9.232	7.253

Notas Explicativas

D	347.755	17.470	50.008
E	202.921	31.192	28.037
F	290.417	72.859	55.317
G	159.474	56.646	65.485
H	1.810.238	929.530	701.388
TOTAL	23.816.829	1.177.757	956.261

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$ 690.226 mil (R\$ 554.509 mil em 31.12.2009).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou em R\$ 816.783 mil (R\$ 757.613 mil em 31.12.2009).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo em R\$ Mil:

Especificação	TADE	VALOR
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	TADE 16/2006	3.671
PROGER-URBANO Investimento	TADE 17/2006	14.305
FAT - Infraestrutura	TADE 18/2006	51.452
PRONAF Investimento	TADE 19/2006	2.301
PROGER-RURAL - Custeio	TADE 20/2006	1.703
PRONAF - Custeio	TADE 01/2007	4.889
PROGER-RURAL - Investimento	TADE 02/2007	24.367
PROTRABALHO Investimento	TADE 04/2007	151.082
TOTAL		253.770

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 686.792 mil (R\$ 395.254 mil em 31.12.2009), têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito, e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 370.420 mil (R\$ 48.479 mil, em 31.12.2009).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Notas Explicativas

Valores em R\$ Mil:

Especificação	Resolução	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2010		
	TADE	Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.169	17	155	11.776	11.931
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	20.950	460	18.200	60.448	78.648
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	8.389	627	328.476	50.731	379.207
PRONAF Investimento	19/2006	RA	296	9	200	782	982
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	496	7	-	-	-
PRONAF Custeio	01/2007	RA	92	3	73	182	255
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	3.186	31	-	-	-
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	52.103	985	3.535	192.453	195.988
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	402	121	19.781	-	19.781
TOTAL			89.083	2.260	370.420	316.372	686.792

Especificação	Resolução	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2009		
	TADE	Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.812	32	572	13.780	14.352
PROGER – URBANO Investimento	17/2006	RA	14.233	73	19.129	56.857	75.986
FAT – Infra-Estrutura	18/2006	RA	5.529	601	6.973	56.413	63.386
PRONAF Investimento	19/2006	RA	376	8	138	1.081	1.219
PROGER – RURAL Custeio	20/2006	RA	1.411	60	488	11	499
PRONAF Custeio	01/2007	RA	152	4	44	289	333
PROGER RURAL Investimento	02/2007	RA	7.132	264	3.162	47	3.209
PROTRABALHO Investimento	04/2007	RA	62.745	481	17.973	218.297	236.270
TOTAL			95.390	1.523	48.479	346.775	395.254

Notas:

- (1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;
- (2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;
- (3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- (4) Com relação ao FAT – Infraestrutura o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basiléia**a) Gestão de Riscos**

Notas Explicativas

Os instrumentos de governança corporativa do Banco do Nordeste incluem estrutura de controles internos, revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos no Banco observa as orientações do Comitê de Basiléia e as exigências do Acordo de Basiléia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos da Instituição, a implementação e acompanhamento de indicadores-chave e de mecanismos de mitigação dos riscos identificados. Eventuais perdas decorrentes de risco operacional ficam armazenadas na base de dados do sistema de recuperação de informações contábeis do Banco, com as qualificações necessárias para o acompanhamento efetivo das ocorrências verificadas, permitindo o desenvolvimento e utilização de instrumentos de controle.

O risco de crédito é gerenciado por meio de modelos de avaliação de risco, bem como de um processo contínuo de reavaliação desses modelos para fins de classificação de risco dos clientes e de suas operações, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Resolução Nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional. Complementarmente, o trabalho de gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações, que depois de coletadas e analisadas, permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito com parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco, indicadores de desempenho por macrossetores e gerenciamento das despesas de provisão para devedores duvidosos.

O Banco do Nordeste do Brasil, atuando como agente governamental de fomento para o desenvolvimento da Região Nordeste, segue as melhores práticas do mercado financeiro para identificação, mensuração e controle dos riscos de mercado inerentes às posições assumidas pela Instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado a partir da volatilidade observada em taxas de juros, moedas e índices de preços nas carteiras de crédito e de investimentos. O Banco utiliza aplicativo computadorizado, desenvolvido internamente, para gestão de riscos, que contempla o cálculo do VaR (Value at Risk); da Duration global (ativos e passivos) por carteira, título e indexador; dos fluxos de caixa previstos, com a identificação de eventuais descasamentos entre ativos e passivos com relação a prazos; e dos saldos globais de ativos e passivos, por carteira e por título, apontando eventuais descasamentos por moedas.

A liquidez é monitorada diariamente, observando-se os limites definidos para as disponibilidades, sinalizando a margem para negociação e execução da Política de Tesouraria.

O processo de acompanhamento da gestão dos riscos de mercado do Banco do Nordeste é direcionado pela Política Corporativa de Gestão de Riscos, que traça as diretrizes para a negociação dos ativos do Banco e estabelece os limites operacionais que a instituição admite para assunção de posições atreladas aos diversos fatores de risco.

De acordo com as Circulares BACEN Nº 3.354, de 27.06.2007, e Nº 3.365, de 12.09.2007, para efeito de gerenciamento, as operações expostas ao risco de mercado encontram-se segmentadas nas seguintes carteiras:

Carteira de Negociação: considera as operações de compra com compromisso de revenda, operações de venda com compromisso de recompra e os títulos classificados na categoria títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN Nº 3.068, de 08.11.2001.

Carteira de Não-Negociação: formada pelas operações sujeitas a risco de mercado e não incluídas na Carteira de Negociação.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%, com informações de 60 dias úteis. O Value at Risk (VaR) das operações pré-fixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.12.2010, ficou quantificado em R\$ 381 mil, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 2.900 mil de composição desta carteira.

Na data-base de 31.12.2010, o VaR representou apenas 0,013% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações pré-fixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Análise de Sensibilidade

Em virtude do disposto na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, art. 3º, § 1º, inciso V, foram desconsiderados os saldos da Carteira de Negociação na análise de sensibilidade, por seu caráter de risco irrelevante.

Para efeito da realização de análise de sensibilidade não foram considerados os saldos que compõem a Carteira de Não-Negociação, exceto derivativos para hedge, pelo fato de que as operações que a compõem — operações de crédito, captações e títulos, prioritariamente — permanecem na carteira até os respectivos vencimentos, observadas as taxas de juros pactuadas nos instrumentos contratuais. Desta maneira, mudanças nas taxas de juros como decorrência da volatilidade do mercado, não ocasionam impacto financeiro e contábil relevante sobre os resultados esperados da Carteira de Não-Negociação.

Notas Explicativas

Em atendimento ao Art. 4º da Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, apresentamos Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade com as operações de SWAP e seus respectivos objetos de hedge.

Valores em R\$ mil

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Hedge	Aumento da taxa de juros	SWAP Pré x DI	(668.014)	(646.388)	(626.433)
		Ativo Prefixado	679.186	624.436	575.965
		Exposição Líquida	11.172	(21.952)	(50.468)
Hedge	Aumento de cotação de moeda estrangeira (ME)	SWAP DI x Dólar	488.242	461.809	437.078
		Passivo em ME	(486.705)	(466.492)	(447.981)
		Exposição Líquida	1.537	(4.683)	(10.903)

Na data-base de 31.12.2010, os riscos passíveis de ocasionar prejuízo foram: o aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e o aumento da cotação do dólar, nas operações em moeda estrangeira.

SWAP Pré x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap pré x DI consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco, apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado foram aplicados os choques concernentes aos cenários 1, 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado (posição de 31.12.2010).

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado (posição de 31.12.2010).

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado (posição de 31.12.2010).

SWAP DI x Dólar

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Dólar consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco, apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado foram aplicados os choques concernentes aos cenários 1, 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar (posição de 31.12.2010).

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar (posição de 31.12.2010).

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar (posição de 31.12.2010).

c) Exposição ao Risco Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 31.12.2010, saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 32.712 mil (R\$ 29.580 mil em 31.12.2009 – posição vendida), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

ATIVOS	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidades	1.468	2.698
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.474	22.434
Operações de Crédito	642.663	644.538
Outros Créditos	555.369	710.257
Ativo sem hedge (Swap)	1.212.974	1.379.927
Operações ativas de hedge (Swap)	488.587	-

Notas Explicativas

TOTAL	1.701.561	1.379.927
--------------	------------------	------------------

PASSIVOS	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos	31.486	39.503
Relações Interdependências	30.330	13.115
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	-	1
Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.214.652	722.393
Outras Obrigações	457.805	634.495
Passivo sem hedge (Swap)	1.734.273	1.409.507
Operações passivas de hedge (Swap)	-	-
TOTAL	1.734.273	1.409.507

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. Tal descasamento é mensurado conforme a Circular BACEN 3.389, de 25.06.2008 e apresenta, em 31.12.2010, um percentual inferior a 5% do valor do Patrimônio de Referência, que constitui o limite estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

Especificação	31.12.2010		31.12.2009	
MOEDA	ATIVOS	PASSIVOS	ATIVOS	PASSIVOS
Dólar	1.262.122	1.309.416	1.640.672	1.685.182
Euro	79.607	77.107	15.843	13.008
Iene	17	-	16	-
Franco Suíço	60	31	-	-
TOTAL	1.341.806	1.386.554	1.656.553	1.698.190

d) Limites Operacionais – Acordo de Basiléia

As diretrizes vigentes (Resoluções CMN Nºs 3.444 e 3.490, de 28.02.2007 e 29.08.2007 respectivamente) mantiveram, para 31.12.2010, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o Patrimônio Líquido de Referência (PR) de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2010, o índice de adequação de capital (Índice de Basiléia) do Banco do Nordeste foi de 13,22% (12,99% em 31.12.2009), enquanto o Patrimônio de Referência foi de R\$ 3.248.273 mil (R\$ 2.692.406 mil em 31.12.2009). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 2.627.409 mil em 31.12.2010 (R\$ 2.280.220 mil em 31.12.2009).

Nos meses de julho de 2009 e Junho de 2010, o Banco celebrou contratos de dívida subordinada com o FNE e foi autorizado pelo BACEN a considerar os valores desses contratos como Capital Nível II, com reflexo positivo no índice de Basiléia da Instituição.

Demonstramos abaixo o cálculo do índice de Basiléia em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
----------------------	-------------------	-------------------

Notas Explicativas

a) Patrimônio de Referência (PR)	3.248.273	2.692.406
.Nível I	2.146.806	1.973.582
.Nível II	1.101.467	718.824
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	2.627.409	2.280.220
. Parcela PEPR (1)	2.248.812	2.025.320
. Parcela PJUR	381	442
. Parcela PCOM	16.652	18.416
. Parcela POPR	361.564	236.042
c) Valor do RBAN	74.721	33.163
Margem (a-b-c)	546.143	379.023
Índice de Basileia (Circular BACEN Nº 3.477, de 24.12.2009)	13,60%	12,99%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	13,22%	12,80%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular BACEN Nº 3.360, de 12.09.2007.

Em 22.12.2010, nos termos da Lei Nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26.11.2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000 mil, já efetivamente integralizado. O referido contrato não possui data de vencimento e, após aprovação do Banco Central, já solicitada, permitirá ao BNB elevar o Patrimônio de Referência (PR) total da instituição. Se considerado na posição de 31.12.2010, o PR seria de R\$ 4.252.439 mil e o índice de Basileia de 17,80%.

NOTA 28 – Partes Relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 8.a.1)	533.239	517.064
TOTAL	533.239	517.064
Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Passivos		
Depósito a Prazo - FAT (Nota 12.a.4 e Nota 26)	686.792	395.254
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 13.c)	1.686.776	1.433.524
Tesouro Nacional	1.086	1.164
BNDES	933.260	743.796
FINAME	52.859	29.330
Outras Instituições	699.571	659.234

Notas Explicativas

Outras Obrigações	5.762.276	4.175.390
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 15.e)	3.656.262	3.553.326
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.004.166	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 15.f)	1.101.848	622.064
TOTAL	8.135.844	6.004.168

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Passivos		
Outras Obrigações (Notas 15.h e 24.g)	925.375	1.023.192
CAPEF	490.630	765.942
CAMED	434.745	257.250
TOTAL	925.375	1.023.192

b) Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Benefício de Curto Prazo	3.001	2.928
Remuneração Fixa (Honorários)	2.702	2.566
Remuneração Variável (Participação nos Lucros)	299	362
TOTAL	3.001	2.928

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 29 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição em R\$ Mil:

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Créditos Abertos para Importação	110.589	157.733
Beneficiários de Garantias Prestadas:		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.919	69.618
- FNE	12.093.509	10.371.382
- Outras Entidades	40.745	6.758
Coobrigações em Cessões de Crédito	29.549	36.651

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 392.459 mil (R\$ 383.570 mil em 31.12.2009) assim distribuídos:

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2010	31.12.2009
Bens Móveis	123.783	125.063
Bens Imóveis	264.656	257.350
Bens Imóveis de Terceiros	2.863	-
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	392.459	383.570

c) Lei Nº 11.945, de 04.06.2009

O Projeto de Lei de Conversão Nº 4, de 2009, (Proveniente da Medida Provisória Nº 451, de 2008), foi convertido na Lei Nº 11.945, de 04.06.2009, publicada no Diário Oficial da União de 05.06.2009. O artigo 28 altera a Lei Nº 7.827, de 27.09.1989, em seu artigo 15, convalidando as liquidações de dívidas efetuadas pelas instituições financeiras federais administradoras dos Fundos Constitucionais, que tenham sido realizadas em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias das respectivas instituições, e que tenham sido objeto de demanda judicial, recebidas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes, relativamente a operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, possibilitando, inclusive, a reabertura de novas renegociações para liquidação de dívidas pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora. Os procedimentos operacionais para novas liquidações baseados na Lei Nº 11.945, de 04.06.2009, foram regulamentados pela Resolução Nº 30, de 29.04.2010, do Conselho Deliberativo da SUDENE. O Banco do Nordeste regulamentou, em 22.10.2010, em seu manual operacional, os procedimentos para os enquadramentos das liquidações pela rede de Agências e Gerências de Reestruturação de Ativos.

d) Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

A Resolução Nº 3.786, de 24.09.2009 do CMN e as Circulares Nº 3.472, de 23.10.2009 e Nº 3.516, de 23.12.2010 do BACEN, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

Diante disso, além de publicar suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, o Banco divulgará, em seu portal na Internet, demonstrações financeiras, a partir de 31.12.2010, comparativas com as do exercício imediatamente anterior, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, buscando proporcionar aos acionistas maior divulgação de informações, contribuindo, assim, com os propósitos do próprio Banco, como o de captar recursos no exterior. As demonstrações financeiras de 2010 e 2009 no padrão IFRS serão divulgadas até 29 de abril de 2011.

Considerando que o processo de convergência contábil para IFRS não foi concluído, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido do Banco não foram quantificados. No entanto, é possível antecipar que se esperam ajustes, principalmente em relação aos assuntos mencionados abaixo:

- d.1) Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis;
- d.2) Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva;
- d.3) Demonstração do resultado abrangente; e
- d.4) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes do IFRS, quando aplicável.

e) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 4 de fevereiro de 2011.

Notas Explicativas

Fortaleza, 04 de fevereiro de 2011

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Demetrius Ferreira e Cruz (Presidente) – Roberto Smith (Vice-Presidente) – Augusto Akira Chiba – Álvaro Larrabure Costa Corrêa - Ana Teresa Holanda de Albuquerque –Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Roberto Smith (Presidente) – Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco) – Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor Financeiro e de Mercado de Capitais) – Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios) – José Sydrião de Alencar Junior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento) – Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação).

SUPERINTENDENTE: João Francisco Freitas Peixoto (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida – CRC-CE 016318/O-7

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 4 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Claudio Lino Lipi
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE CRC 1SP 097.866 - TPE S/CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu, de 4 de fevereiro de 2011, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no exercício de 2010.

Fortaleza (CE), 4 de fevereiro de 2011.

Rodrigo Silveira Veiga Cabral (Presidente)
Cláudio Xavier Seefelder Filho
Gideval Marques de Santana
Cláudia da Costa Martinelli Wehbe
Marco Antonio Fiori

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 04 de fevereiro de 2011

Roberto Smith (Presidente)
Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor de Relações com Investidores)

Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco)

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios)

José Sydrião de Alencar Júnior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento)

Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de TI)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Parecer, exarado em 4 de fevereiro de 2011, pela Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 04 de fevereiro de 2011

Roberto Smith (Presidente)
Oswaldo Serrano de Oliveira (Diretor de Relações com Investidores)

Luiz Carlos Everton de Farias (Diretor de Controle e Risco)

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro (Diretor de Negócios)

José Sydrião de Alencar Júnior (Diretor de Gestão do Desenvolvimento)

Stélio Gama Lyra Junior (Diretor Administrativo e de TI)